

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Antropologia e Arqueologia  
Curso de Graduação em Antropologia

SHIRLEI DOS REIS RIBEIRO

**EXPRESSÕES DE MASCULINIDADES: perspectivas  
antropológicas sobre masculinidades no Brasil**

Belo Horizonte

2017

SHIRLEI DOS REIS RIBEIRO

**EXPRESSÕES DE MASCULINIDADES: perspectivas  
antropológicas sobre masculinidades no Brasil**

Monografia apresentada ao departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal de Minas Gerias (UFMG) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Professora Orientadora: Dra. Érica Renata de Souza

Belo Horizonte

2017

# **EXPRESSÕES DE MASCULINIDADES: perspectivas antropológicas sobre masculinidades no Brasil**

**Shirlei dos Reis Ribeiro**

---

Prof. Dra. Érica Renata de Souza  
Professora Orientadora

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Anna Paula Vencato

Belo Horizonte, 11 de Julho de 2017

## AGRADECIMENTOS

Vou começar bem clichê mesmo: primeiro agradeço a minha mãe Adriana, quem mais me apoiou e que não consegue dormir enquanto eu não chego da aula.

À minha orientadora Érica pela paciência, amizade e bom senso emprestado nesta experiência/ empreitada, que começou lá em 2012. Não fazia a menor ideia de como seria tudo isso e não poderia estar mais satisfeita por ter mais questões e indagações agora do que quando comecei.

Ao meu irmão Rafael e ao meu pai Vicente.

Ao meu tio de sangue e de coração Watila.

À Sofia e ao Eduardo que me deram uma nova perspectiva sobre a vida, o universo e tudo mais. Certamente minha experiência na graduação seria muita mais normativa e desinteressante sem vocês.

À Clara, à Carol, à Camila, à Ártemis, à Flávia, à Cris, ao Marcony.

Às colegas e amigos da turma de 2012, professores do curso de Antropologia e Arqueologia. De alguma forma, a convivência com essas pessoas foi tão importante quanto tudo o mais que eu tenha aprendido durante esses anos.

À Ângela, do colegiado do Curso de Antropologia.

À todas as pessoas que tive o prazer de conhecer durante o Projeto “Transexualidades e Saúde no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans”. Joice, Sofia Repolês, Sara, Marina, Laís, Rafaela, Léo, Raul.

Ao Tarso, a quem não consigo descrever nesse espaço.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as construções das masculinidades a partir das perspectivas antropológicas em contexto brasileiro. A conformidade do gênero, como também da sexualidade, à norma do sexo biológico é discutida pelos estudos de gênero, estudos gays e teoria queer desde a década de 1980. O esforço desse debate é a fim de desconstruir a noção de que o gênero e sexualidade são determinados pelo sexo biológico. Além disso, pretendo compreender como a emergência dos estudos de masculinidade contribuiu para uma análise diversificada sobre relações de poder, hierarquização, a construção relacional do gênero e a multiplicidade das identidades masculinas.

Palavras-chave: masculinidades, gênero, sexualidades, subjetividade, violência

## **ABSTRACT**

This work analyzes the construction of masculinities from an anthropological perspective in a Brazilian context. Since the 1980s the conformity of gender as well as sexuality to the norm of biological sex has been discussed by gender studies, gay studies, and queer theory. The proposed debate intends to deconstruct the notion that gender and sexuality are determined by biological sex. Moreover, it is a diversified analysis of power relations and hierarchization, a relational construction of gender and the multiplicity of masculine identities.

Keywords: Masculinities, gender, sexualities, subjectivity, violence

## Sumário

Introdução .....	10
1. Referencial teórico .....	12
1.1 Corpo, gênero e sexualidade na teoria antropológica .....	12
1.2 A emergência dos estudos de masculinidade .....	24
1.2.1 Críticas ao conceito de masculinidade hegemônica.....	29
2. Estudos de masculinidade em contexto brasileiro .....	32
2.1 Trabalho .....	33
2.2 Violência .....	37
2.3 Sexualidades .....	40
3. Novas (?) masculinidades .....	45
3.1 Transmasculinidades .....	45
3.2 Vivências de paternidade.....	55
Considerações finais .....	62
Referência Bibliográfica .....	64

## Homem que é homem

Luis Fernando Verissimo

Homem que é Homem não usa camiseta sem manga, a não ser para jogar basquete. Homem que é Homem não gosta de canapés, de cebolinhas em conserva ou de qualquer outra coisa que leve menos de 30 segundos para mastigar e engolir. Homem que é Homem não come suflê. Homem que é Homem — de agora em diante chamado HQEH — não deixa sua mulher mostrar a bunda para ninguém, nem em baile de carnaval. HQEH não mostra a sua bunda para ninguém. Só no vestiário, para outros homens, e assim mesmo, se olhar por mais de 30 segundos, dá briga.

HQEH só vai ao cinema ver filme do Franco Zeffirelli quando a mulher insiste muito, e passa todo o tempo tentando ver as horas no escuro. HQEH não gosta de musical, filme com a Jill Clayburgh ou do Ingmar Bergman. Prefere filmes com o Lee Marvin e Charles Bronson. Diz que ator mesmo era o Spencer Tracy, e que dos novos, tirando o Clint Eastwood, é tudo veadado.

HQEH não vai mais a teatro porque também não gosta que mostrem a bunda à sua mulher. Se você quer um HQEH no momento mais baixo de sua vida, precisa vê-lo no balé. Na saída ele diz que até o porteiro é veadado e que se enxergar mais alguém de malha justa, mata.

E o HQEH tem razão. Confesse, você está com ele. Você não quer que pensem que você é um primitivo, um retrógrado e um machista, mas lá no fundo você torce pelo HQEH. Claro, não concorda com tudo o que ele diz. Quando ele conta tudo o que vai fazer com a Feiticeira no dia em que a pegar, você sacode a cabeça e reflete sobre o componente de misoginia patológica inerente à jactância sexual do homem latino. Depois começa a pensar no que faria com a Feiticeira se a pegasse. Existe um HQEH dentro de cada brasileiro, sepultado sob camadas de civilização, de falsa sofisticação, de propaganda feminina e de acomodação. Sim, de acomodação. Quantas vezes, atirado na frente de um aparelho de TV vendo a novela das 8 — uma história invariavelmente de humilhação, renúncia e superação femininas — você não se perguntou o que estava fazendo que não dava um salto, vencia a resistência da família a pontapés e procurava uma reprise do Manix em outro canal? HQEH só vê futebol na TV. Bebendo cerveja. E nada de cebolinhas em conserva! HQEH arrota e não pede desculpas.

[...]

Este país foi feito por Homens que eram Homens. Os desbravadores

do nosso interior bravio não tinham nem jeans, quanto mais do Pierre Cardin. O que seria deste país se Dom Pedro I tivesse se atrasado no dia 7 em algum cabeleireiro, fazendo massagem facial e cortando o cabelo à navalha? E se tivesse gritado, em vez de "Independência ou Morte", "Independência ou Alternativa Viável, Levando em Consideração Todas as Variáveis!"? Você pode imaginar o Rui Barbosa de sunga de crochê? O José do Patrocínio de colant? O Tiradentes de kaftan e brinco numa orelha só? Homens que eram Homens eram os bandeirantes. Como se sabe, antes de partir numa expedição, os bandeirantes subiam num morro em São Paulo e abriam a braguilha. Esperavam até ter uma ereção e depois seguiam na direção que o pau apontasse. Profissão para um HQEH é motorista de caminhão. Daqueles que, depois de comer um mocotó com duas Malzibier, dormem na estrada e, se sentem falta de mulher, ligam o motor e trepam com o radiador. No futebol HQEH é beque central, cabeça-de-área ou centroavante. Meio-de-campo é coisa de veado. Mulher do amigo de Homem que é Homem é homem. HQEH não tem amizade colorida, que é a sacanagem por outros meios. HQEH não tem um relacionamento adulto, de confiança mútua, cada um respeitando a liberdade do outro, numa transa, assim, extraconjugal, mas assumida, entende? Que isso é papo de mulher pra dar pra todo mundo. HQEH acha que movimento gay é coisa de veado.

HQEH nunca vai a vernissage.

HQEH não está lendo a Marguerite Yourcenar, não leu a Marguerite Yourcenar e não vai ler a Marguerite Yourcenar.

HQEH diz que não tem preconceito, mas que se um dia estivesse numa mesma sala com todas as cantoras da MPB, não desencostaria da parede.

Coisas que você jamais encontrará em um HQEH: batom neutro para lábios ressequidos, pastilhas para refrescar o hálito, o telefone do Gabeira, entradas para um espetáculo de mímica.

Coisas que você jamais deve dizer a um HQEH: "Ton sur ton", "Vamos ao balé?", "Prove estas cebolinhas".

Coisas que você jamais vai ouvir um HQEH dizer: "Assumir", "Amei", "Minha porção mulher", "Acho que o bordeau fica melhor no sofá e a ráfia em cima do puf".

Não convide para a mesma mesa: um HQEH e o Silvinho.

HQEH acha que ainda há tempo de salvar o Brasil e já conseguiu a adesão de todos os Homens que são Homens que restam no país para uma campanha de regeneração do macho brasileiro.

Os quatro só não têm se reunido muito seguidamente porque pode parecer coisa de veado.

## Introdução

Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical<sup>1</sup> ... brincadeira, obviamente não sou Malinowski. Desde que ingressei no curso de Antropologia, em 2012, me deparei com a “etnografia”, “autoridade etnográfica”, a produção textual da cultura, alteridade, a política que envolve o trabalho antropológico e a responsabilidade tanto em campo quanto fora dele. Confesso que foi um processo muito intenso repensar minhas posições, concepções sobre a vida, posicionamento e ética, egoísmo e suposta intelectualidade que a gente geralmente acha que tem. Esse período foi, sem dúvida, desestabilizador e isso foi a melhor experiência que eu poderia ter universidade. É uma pena não ter a habilidade necessária para imprimir isso no texto.

As primeiras inquietações que deram forma a essa pesquisa começaram em 2013, durante um trabalho de campo. Foi nesse período que comecei a me questionar, de forma mais profunda e sob o crivo epistemológico, como nos apropriamos de um ideal, de uma identidade idealizada, e construímos nossas próprias vivências. Nesse caso, refiro-me aos gêneros e a pessoas como sujeitos generificados.

O esforço desse debate é a fim de desconstruir a noção de que o gênero e sexualidade são determinados pelo sexo biológico. Autores como Judith Butler, Michel Foucault e, na vertente dos *men's studies*, Raewyn Connell argumentam que essa noção de conformidade ao sexo biológico é uma construção social historicamente datada servindo como um mecanismo de controle fundamentado em uma norma binária de gênero. Deste modo, as pessoas que não se conformam a essa norma são, sob esta perspectiva, “anormais” e desviantes, e assim, sujeitos a sanções em várias esferas de suas vidas.

Este trabalho pretende analisar como os *men's studies* se situam no contexto da teoria feminista, estudos de gênero e teoria queer. Além disso, como a análise de gênero a partir da perspectiva masculina é uma contribuição fundamental nas pesquisas sobre estruturas de poder e dominação. Para tal, neste trabalho parto dos estudos antropológicos

---

1 Introdução de Argonautas do Pacífico Ocidental, MALINOWSKI, Bronislaw.

sobre masculinidade para compreender como homens constroem suas identidades de gênero e como essas relacionam aos outros sujeitos.

A norma binária dos gêneros produz a ideia de que o gênero nada mais é que o reflexo do sexo biológico e tudo o que compõe a pessoa está associada à determinação desse sexo. Assim, o que definiria se uma pessoa é homem ou mulher é o sexo com o qual ela nasce. O sexo é compreendido como ideal regulatório não apenas dos corpos, como também dos desejos. Assim, a partir da análise desses autores, não só o gênero é uma construção social como também o sexo é uma construção discursiva elaborada a fim de tornar os corpos inteligíveis em conformidade com a norma binária homem-masculino, mulher-feminina. Nesse pensamento, a masculinidade não é intrínseca ao homem, assim como a feminilidade não é intrínseca à mulher; antes são fluidas e se referem a uma performance de gênero associada ao papel social de cada indivíduo.

Explicitar em termos universais o que é um homem parece, a princípio, uma tarefa simples: ser homem é não ser mulher, ser forte, sexualmente ativo (entende-se aqui heterossexual), ser capaz de sustentar uma família. Entretanto, como pretendo demonstrar neste trabalho, essa é uma noção de masculino é regulada por um ideal de masculinidade que é também um mecanismo de controle não apenas sobre os homens, mas principalmente sobre as mulheres. A masculinidade que embasa o modelo ideal é, nesse sentido, um construto social. Vários trabalhos que serão discutidos desconstruem a noção da masculinidade como inata ao corpo masculino. Alguns apontam a incidência da masculinidade sobre o corpo sob uma perspectiva histórica, afirmando que a confluência entre essas duas ideias é muito mais uma construção teórica que naturalmente dada.

A discussão sobre as masculinidades ainda é escassa se comparada aos estudos femininos, principalmente fora do âmbito acadêmico. Os debates em torno deste tema geralmente estão associados à naturalidade do masculino, além da exotização das mulheres. Tenho plena noção que este trabalho poderia ser diferente, que por escolhas metodológicas, teóricas e pessoais deixei alguns autores para uma análise futura – e possivelmente mais madura. Considerações óbvias, porém, necessárias, uma vez que são o ponto inicial de uma formulação sobre as identidades masculinas e o aparato biopolítico do regime

heteronormativo amplamente discutido no nicho acadêmico e militante.

# 1. Referencial teórico

## 1.1 Corpo, gênero e sexualidade na teoria antropológica

Este capítulo refere-se às concepções sobre Corpo, Gênero e Sexualidade tal como são problematizados pela Antropologia, de modo a considerar as produções de realidades, as identidades políticas e estruturas de poder. Como aponta Heilborn, “dois destes termos parecem à primeira vista referirem-se a realidades concretas, experimentadas sensorialmente pelos indivíduos – corpo e sexualidade. Já gênero é um pouco diferente, pois ao se tratar de um conceito, implica uma invenção no sentido de que não existe na natureza. (HEILBORN,1997: 47).” Será discutido como a noção de naturalidade também é informada, marcada pela dimensão cultural.

O corpo é tomado como o locus de diferenciação sexual e estabelece a relação causal entre sexo e gênero. Na cultura ocidental, de um modo geral, masculinidade e feminilidade são dados a priori, inscritos e expressos corporalmente. A genitália e demais caracteres sexuais assumem papéis centrais de identificação individual e constitutiva do sujeito enquanto pessoa socialmente reconhecida. Em uma análise construtivista poder-se-ia afirmar que a relação estabelecida então entre sexo e gênero nada mais é que atuação social sobre um corpo que expressa o gênero a partir do referencial genital. E, a partir desse referencial, toda a identidade é construída. Entretanto, nessa análise não se questiona os corpos a partir dos quais se constituem os gêneros: é um dado sobre o qual são infligidas regras culturais abstratas determinantes dos sujeitos. Ou ainda como essa base biológica constrói também o gênero. É possível pensar a construção social do corpo-sexuado e não apenas do gênero. E mais, como esse corpo estabelece parâmetros culturais para reapropriação do gênero em uma matriz de possibilidades. Neste sentido, as apropriações e representações de masculinidades e feminilidades são, muito mais que constituídas pelas categorias de gênero, a incorporação do próprio corpo e assim, também construídas por ele.

A problematização sobre o corpo é relativamente antiga na Antropologia. Marcel

Mauss<sup>2</sup> (2003), já apontava a construção e apropriação identitária e cultural dos corpos. Os mecanismos corporais – modos de sentar, vestir, gestos – são aprendidos, os corpos são educados a partir de normas e estruturas limitadas socialmente. Embora os corpos sejam estruturalmente semelhantes, a percepção e a experiência são social e individualmente diversas. Assim, quando Mauss aponta as variações das “técnicas corporais”, demonstra as percepções corporificadas de uma determinada sociedade, diversificadas também em níveis de gênero.

### **O paradigma da corporeidade**

Falar sobre construção dos corpos, e mesmo do sexo, é uma tarefa complexa. Vários autores<sup>3</sup> discutiram a diferença biológica do sexo como historicamente construída e culturalmente atribuída. É o gênero que dá sentido aos sexos; são as diferenças culturalmente construídas que engendram as representações e compreensões sobre o corpo. Ora, se é assim, como pensar a relação entre os gêneros também como instituídos corporalmente ao mesmo tempo em que constituem a corporalidade?

Segundo Pierre Bourdieu,

“A constituição da sexualidade enquanto tal (que encontra sua realização no erotismo) nos faz perder o senso da cosmologia sexualizada, que se enraíza em uma topologia sexual do corpo socializado, de seus movimentos e seus deslocamentos, imediatamente revestidos de significação social [...]. Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as ‘naturalizam’, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; [...] (BOURDIEU, 2012: 15-16).”

Assim, a diferença anatômica, fisiológica entre os sexos é naturalizada e, de certa maneira, essencializa o gênero socialmente atribuído àquela genitália. Entretanto, como afirma Bourdieu, essa relação não apenas reitera a “diferença” fisiológica, como também “longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é um produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas

---

2 Embora em “As técnicas do corpo” Mauss reforce a concepção naturalizada do corpo subordinado à cultura, não há como negar a contribuição desse texto como um começo da percepção corporal da cultura.

3 Para citar alguns de importância nesta análise: Thomas Laqueur, Judith Butler, Thomas Csordas

orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças ou obscurecimento de certas semelhanças (BOURDIEU, 2012:23).”

Portanto, a maneira como entendemos o corpo é estruturada socialmente e de tal modo apreendida que conscientemente ou não, geramos construções outras a partir de experiências práticas. São constituições pautadas por estruturas prévias que se relacionam a estruturas flexíveis, que Bourdieu chama de “estruturantes”. Há, nesse contexto, o lugar de agência dos sujeitos em relação às estruturações rígidas.

Imaginamos o corpo como aquela unidade orgânica composta de órgãos, desejos e impulsos a partir do qual vivemos o mundo. Mas se consideramos essa substância material como algo mais além de um mero artefato? Thomas Csordas parte da premissa de que o corpo “não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas é o sujeito da cultura; em outras palavras, a base existencial da cultura” (CSORDAS, 2008:103) O corpo é compreendido como lugar da cultura em que se estabelecem sujeito e objeto. Desta forma, para Csordas a corporeidade é a experiência perceptiva do corpo que embasa os meios de interação com o ambiente, incluindo outros corpos. Dito de outra forma, é a justaposição desta personificação da cultura que constrói os seres humanos historicamente e o lugar privilegiado de articulação onde a experiência é concebida ao mesmo tempo como atividade e produção.

O exame crítico de dois autores que propõem teorias da corporeidade – Maurice Merleau-Ponty e Pierre Bourdieu – Thomas Csordas apresenta sua proposta epistemológica. Segundo ele,

“A problemática de ambos, Merleau-Ponty e Bourdieu, é formulada em termos de dualidades incômodas. Para Merleau-Ponty, a principal dualidade no domínio da percepção é a do sujeito-objeto, ao passo que, para Bourdieu, no domínio da prática, é estrutura-prática. Ambos tentam não mediar, mas colapsar essas dualidades, e a corporeidade é o princípio metodológico invocado por ambos. O colapso das dualidades na corporeidade exige que o corpo enquanto figura metodológica seja ele mesmo não-dualista, isto é, não distinto de – ou em interação com – um princípio antagônico da mente. Assim, para Merleau-Ponty o corpo é um ‘contexto em relação ao mundo’, e a consciência é o corpo se projetando no mundo; para Bourdieu, o corpo socialmente informado é o ‘princípio gerador e unificador de todas as práticas’ e a consciência é uma forma de cálculo estratégico fundido com um sistema de potencialidades objetivas (CSORDAS, 2008:105).”

A corporeidade extrapola os limites do corpo como unidade orgânica, sendo a percepção a condição para se relacionar com o mundo. Ainda neste contexto, a fim de estabelecer a experiência como engajamento corporal, Csordas se vale da noção de *habitus* de Pierre Bourdieu. O *habitus*, sob a ótica de Csordas, define o lugar da reciprocidade e permite evidenciar a coprodução da realidade pela concomitância entre o corpo e o mundo. Essa concomitância é atravessada, para citar um exemplo, pela diferença sexual.

### **Os corpos que pesam**

Judith Butler (2013), aborda uma séria questão: como a materialidade do corpo é compreendida? E como o sexo é delineado neste contexto?

Para Butler não há o corpo independente do discurso do gênero, dessa forma não há corpo que não seja generificado. Não é que se desconsidere o corpo material ou se afirme que ele não existe, mas o postulado teórico é de que só compreendemos essa materialidade através do discurso. O corpo é uma realidade material que já foi definida em um contexto social. Neste sentido, o sexo é constituído quando um corpo é categorizado como macho ou fêmea, quando as partes sexuais do corpo são investidas de significado. Assim, “a linguagem que parece simplesmente descrever o corpo, na verdade o constitui (SALIH, 2012:112-113).” O corpo aparentemente natural não é mais que um efeito naturalizado do discurso, mas só pode ser conhecido através da linguagem e do discurso. O corpo é, portanto, “um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície – daquilo que nós chamamos matéria (BUTLER, 2013:163)”. A linguagem e o discurso produzem e naturalizam o sexo biológico de tal modo que a produção da categoria pessoa está relacionada à determinação desse sexo. Butler aponta que

“A categoria do ‘sexo’ é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de ‘ideal regulatório’. Nesse sentido, pois, o ‘sexo’ não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o ‘sexo’ é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, ‘sexo’ é um constructo ideal que é forçosamente

materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o 'sexo' e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas (BUTLER, 2013: 153-154)".

Deste modo, sexo é uma construção discursiva elaborada a fim de tornar os corpos inteligíveis em conformidade com a norma heterossexual homem-masculino, mulher-feminina. Assim como a problematização do corpo, o conceito de gênero tal como discutido pelas antropólogas, cientistas sociais, filósofas a fim de

“discriminar, de separar aquilo que era o fato de alguém ser macho ou fêmea, e o trabalho de elaboração, de simbolização que a cultura realiza sobre essa diferença sexual. [...] O conceito foi produzido com a intenção de justamente discriminar estes dois níveis; o anátomo-fisiológico do social/ cultural. Isto é o que significa ser homem e mulher vai variar com o contexto cultural. O conceito de gênero vem quebrar com certo essencialismo implicado na concepção de papel sexual, quase que automático em função de remeter diretamente à condição anátomo-fisiológica dos seres humanos (HEILBORN, 1997: 50).”

Mais que traçar um percurso teórico para os conceitos de gênero na Antropologia, é importante salientar as proposições que perpassam abordagens distintas e produzem ferramentas teóricas importantes para pensar o gênero. Gayle Rubin elabora o sistema sexo/gênero como uma matriz de hierarquização e opressão sexual, Joan Scott aponta a construção histórica de gênero e propõe sua análise enquanto categoria histórica; Teresa de Lauretis, articula sobre a produção, representação e autorrepresentação de gênero e Butler problematiza as representações e produções de gênero vinculadas às práticas discursivas e à subjetividade. Embora a produção sobre gênero não se resuma a essas autoras, o recorte teórico traz perspectivas interessantes ao debate.

### **A economia do sexo e o sistema sexo/gênero**

Importante à época de sua publicação, a proposta teórica de Gayle Rubin reverbera ainda hoje nos debates sobre opressão sexual e estudos de parentesco. A partir de uma crítica apurada aos estudos de parentesco, especificamente o paradigma estruturalista de Lévi-Strauss, e à psicanálise, a autora elabora o que ela denomina de “sistema sexo/gênero”. Em uma definição mais objetiva, esse sistema

“é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. [...] é a parte da vida social que é o locus de opressão das mulheres, das minorias sexuais e de determinados aspectos da personalidade humana nos indivíduos (RUBIN, 1993:2).”

Embora universalista em sua análise, Rubin distingue primeiramente o sexo, enquanto dado orgânico, da estrutura social onde os indivíduos ocupam lugar e agregam valores determinados pelo significado atribuído às diferenças anatômicas e estes do aspecto cultural particular construído historicamente (SEGATO, 1998:8).

Para Rubin, o sistema sexo/gênero não oprime apenas as mulheres, como também as relações homoeróticas. Isso porque não se trata apenas de produzir o gênero, como também a sexualidade, que é obrigatoriamente heterossexual. Nesta lógica, uma mulher só é – esposa, filha, prostituta, mercadoria, presente – em determinadas relações (RUBIN, 1993:2).

Neste sentido, “um sistema sexo/gênero envolve muito mais que ‘relações de procriação’, reprodução no sentido biológico. [...] a noção de sistema sexo/gênero é um termo neutro que diz respeito a um domínio preciso, indicando simultaneamente que a opressão não é inevitável, mas sim um produto das relações sociais específicas a que organizam.” (RUBIN, 1993:6)

### **Gênero como categoria de análise**

“Aqueles pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história (SCOTT, 1995:71).”

O uso do termo gênero, até pouco tempo nos estudos feministas, era empregado para se referir à organização da relação entre os sexos em que as distinções decorrentes das diferenças sexuais são de origem social. O gênero indicaria as “construções sociais” da mulher e do homem e sobre “o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos como ‘sexo’ e diferença sexual’. O gênero também sublinhava o aspecto

relacional das definições normativas das feminilidades (SCOTT, 1995:72).” Nesta perspectiva, o uso do termo gênero sugere alteridade, ou dito de outra forma, as categorias feminino e masculino só se compreendem e se elaboram a partir da inter-relação e da percepção da diferença.

Joan Scott propõe o gênero como uma categoria de análise, uma importante ferramenta metodológica para compreensão das relações de gênero, construção e mudanças observáveis das identidades. O que a autora sugere é uma abordagem para além do lugar-comum adotado até então, em que o gênero seja adotado sob uma perspectiva sistêmica situada em seu contexto de elaboração e análise. Para ela, o uso do gênero “ênfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995:76).” A autora convida ao engajamento na elaboração de análises que contribuam à transformação, e neste sentido argumenta que é necessária a rejeição ao caráter fixo e permanente da oposição binária, além de uma historicização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual. Scott define o gênero como composto de duas partes:

- a) O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e
- b) O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995:86).

O primeiro item do conceito é composto por quatro subpartes: a) os símbolos que tem a função de representar as diferenças entre os gêneros; b) os conceitos normativos que explicitam as interpretações dos símbolos; c) as organizações sociais e instituições que contribuem no processo de construção do gênero; d) as identidades subjetivas. Ou seja, a organização social e a relação entre os gêneros são estabelecidas pelas representações simbólicas, pela normatização nas organizações e ainda pelas identidades subjetivas. O segundo item refere-se ao gênero como constituinte da hierarquia nas relações, uma vez que consolida o poder através da distribuição diferencial desse domínio e estabelecendo um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos (BENTO, 2015:36).

## **A tecnologia do gênero**

A ampla associação de gênero às diferenças sexuais foi utilizada como base das reivindicações feministas nas décadas 1960 e 1970. Entretanto, acabou por limitar o pensamento feminista, uma vez que com sua ênfase no biológico – e por associação, ao sexual – o conceito de diferença sexual é reduzido a uma diferença da mulher em relação ao homem. Tal perspectiva produz espaços caracterizados por especificidades de gênero (re) conduzindo o conceito de gênero ao binarismo entre masculino e feminino. Esse conceito embasado na ‘diferença sexual’ restringe a análise feminista ao pleito conceitual da oposição universal do sexo. Lauretis aponta o potencial epistemológico dos estudos feministas em elaborar uma noção de sujeito constituído não apenas no gênero, mas também na linguagem e nas representações sociais – Judith Butler posteriormente adotaria uma postura ainda mais radical –, uma noção de sujeito com uma matriz interseccional, considerando-se marcadores fundamentais como classe e raça (LAURETIS, 1994:206 – 207).

Deste modo, a autora propõe o gênero

“como representação e como autorrepresentação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana. Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade dos corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas nas palavras de Foucault, o ‘conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais’, por meio de desdobramento de uma ‘tecnologia política’ (LAURETIS, 1994:208).”

O gênero é, nesse sentido, produto e processo do que Lauretis chama de tecnologias sociais, ou seja, não é um dado a priori nem deriva diretamente das diferenças anatômicas do sexo. No artigo que dá nome a teoria, a autora apresenta quatro proposições a respeito do gênero:

“(1) Gênero é uma representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário.

(2) A representação do gênero é a sua construção – e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção.

(3) A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, [...]. E ela continua a ocorrer não só onde se espera – na

mídia, nas escolas públicas, e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental – em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou ‘aparelhos ideológicos do Estado’. [...]

(4) Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito de uma representação, mas também seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação (LAURETIS, 1994:209).”

No aspecto discursivo, o termo gênero representa relações: ao mesmo tempo em que aponta um pertencimento, seja de classe, grupo ou categoria, ele constitui essa relação enquanto confere a uma pessoa uma posição dentro de sistema estabelecido (LAURETIS, 1994:210-211).

A diferença essencialista das elaborações sobre o masculino e o feminino como duas categorias excludentes e complementares formam e embasam um sistema onde o sexo é a causa do gênero e a partir disso, são elaboradas todas as ações classificações culturais. Retomando a proposição de Rubin, Lauretis argumenta que esse sistema de significados vincula o sexo à cultura “de acordo com valores e hierarquias sociais”. Deste modo, “o sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade (LAURETIS, 1994:212).”

### **Precisamos falar sobre Judith Butler**

Muitas vezes, ao ler os textos de Butler, tenho a sensação de que alguém abriu meu crânio e me deu um soco bem dado no cérebro. Embora sua escrita seja cadenciada e irônica – que para mim a faz atraente – não é com muita naturalidade que se recebe um texto afirmando que os gêneros são atos performativos ou que o sexo não é um dado natural informado a priori onde se inscrevem as regras do gênero. O salto que torna Butler hoje tão debatida e acessada é o deslocamento do sujeito, ou melhor, a desconstrução desse sujeito como víamos até então nos estudos feministas.

No livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler

desconstrói o conceito de gênero tal como era compreendido pela teoria feminista até então. Como Miguel Vale de Almeida ressalta, esse texto “vai mais longe, ao concentrar-se na forma como a identidade de gênero é construída no discurso e pelo discurso. (E aqui convém lembrar o que entendemos por discurso: um modo institucionalizado de pensar, uma fronteira social que define o que pode ser dito sobre um determinado tópico ou, nas palavras de Butler, os limites do aceitável quando se fala de algo (ALMEIDA, 2008:4).”

A proposta da autora é questionar essa ideia de que o gênero é derivado do sexo e como a própria distinção sexo/gênero é arbitrária e desconsidera alguns elementos fundamentais como o gênero em relação ao desejo. A identidade construída no gênero defendida pela teoria feminista, para Butler, reforça a noção essencialista do sujeito. O texto sugere, de maneira oposta, a ideia de um sujeito constituído através discurso e pelas atos que performa, estando sempre em processo, em construção. A dualidade sexo/gênero – em que o sexo é um dado natural e o gênero é constituído socialmente – constava como discurso fundante da abordagem feminista nos estudos de gênero. É justamente sobre essa premissa que Butler tece sua crítica, uma vez que

“Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é constituído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003:28-29).”

Além disso, ela ainda aponta uma contradição na teoria feminista. Se por um lado, há rejeição à biologia como destino – ou seja, como fator fundamental de diferenciação e hierarquização – mas por outro assume que a dominação e violência são reflexos do gênero constituído a partir do patriarcado, não seria reafirmar outro destino? Assim, Butler afirma que “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente constituído quanto o gênero; rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2003: 27).” Deste modo, a autora parte da ideia que o gênero é constituído discursivamente, tornando-se uma estrutura na qual e através da qual o sujeito é moldado.

Dito de outro modo,

“O gênero é, para Butler, uma ficção cultural, o efeito performativo de actos reiterativos. A razão porque não há identidade de gênero por detrás das expressões de gênero é que a identidade é performativamente construída pelas próprias expressões que são vistas como seu resultado. O gênero é, então, performativo, não porque seja algo que o sujeito assume deliberadamente, mas porque, através da reiteração, consolida o sujeito (ALMEIDA, 2003: 19-20).”

A sexualidade é matéria de estudo para a Antropologia desde seu início enquanto disciplina. Mesmo que não apareça como objetivo em si, ela não deixa de aparecer em estudos sobre família e parentesco, por exemplo.

Os primeiros trabalhos em antropologia<sup>4</sup> ainda estavam sob a vertente evolucionista. A sexualidade era relacionada a natureza e conseqüentemente a impureza. A preocupação da sociedade ocidental era em relação as raças, miscigenação a higiene e o controle das estruturas sociais no processo da revolução industrial, da urbanização e constituição dos estados – nação e impérios coloniais. Vale de Almeida aponta para o “arranjo da coisa” familiar através da promoção da família nuclear burguesa. Preocupa-se muito com as sexualidades chamadas primitivas e perversas. A família seria então um mecanismo de controle da sexualidade e do que eram considerados instintos sexuais. É no século XIX que a biologia se institui como campo privilegiado de análise sobre o natural, com os discursos sobre a perversão e a seleção sexual de Darwin.

“Biologia e medicina são chamadas para a exploração meticulosa dos corpos e da espécie, passando rapidamente de descrição para prescrição. [...] Períodos de conturbados debates disciplinares e políticos, o século XIX e os inícios do século podem ser resumidamente descritos como períodos de espanto por parte dos observadores autorizados (cientistas, homens, ocidentais) face a uma mescla de subalternidades políticas e ‘bizarrias’ biomédicas: crianças, mulheres, homossexuais, perversos, primitivos. Este afã classificatório permitia, simultânea e ambigüamente, a prescrição da normalidade e a crítica da normalidade, como fica patente na comparação entre evolucionistas, marxistas e psicanalistas. Uma ambigüidade da qual ainda não nos libertamos completamente. Os primórdios da antropologia marcariam debates duradouros: a oposição natureza / cultura e entre explicações biológicas e explicações sociais; a forma como processos culturais e individuais se determinam ou ligam; e a questão do gênero e da sexualidade como,

---

4 Vale de Almeida (2003) traça um panorama interessante e conciso sobre as primeiras abordagens na Antropologia sobre a sexualidade e a preocupação em controlar o instinto e a depravação.

simultaneamente, 'totem' e 'tabu': a origem por excelência da humanidade e das suas instituições, mas também a área da mais extrema regulação (VALE DE ALMEIDA, 2003:5-8)."

A análise era centrada na sexualidade como sinônimo de reprodução, nesse caso heterossexual. Embora o início da disciplina seja marcado pela exotização do Outro, nem tudo pode ser considerado ruim. A alteridade abre espaço para discussões e reflexões sobre as estruturas sociais e normas até então consideradas naturais, dadas, indiscutíveis. Mesmo que as premissas de autores como Malinowski ou Mead ainda não ultrapassem a dicotomia macho/fêmea, as contribuições desses autores são um começo do debate sobre a sexualidade, feminismo e o construcionismo social. (VALE DE ALMEIDA, 2003:10). O construcionismo social, hoje, já foi amplamente discutido e refutado nos meios acadêmicos. Mas, principalmente a partir da década de 1960, a teoria construcionista desafiou as proposições tradicionais e deu início as pesquisas sobre sexualidade. Para Carole Vance (1995), a distinção entre sexo e gênero é o preâmbulo essencial de análise. Em função da separação conceitual entre sexo e gênero, entende-se que o gênero é a elaboração cultural do sexo. Assim, "a variação cultural (e histórica) dos papéis femininos e masculinos, bem como dos traços de personalidade-tipo tidos como normais para cada sexo em cada cultura trazia o determinismo cultural para o campo da sexualidade (VALE DE ALMEIDA, 2003:11)." Embora hoje essa abordagem seja amplamente refutada, o destaque da sexualidade como matéria de análise interseccional, levando-se em consideração outros aspectos da constituição identitária, como raça/etnicidade, classe social e mesmo idade foi importante nos desdobramentos para os estudos de gênero.

As correlações entre o corpo e a atividade sexual sofreram uma mudança de perspectiva a partir do século XIX. Até então tratada na esfera religiosa e filosófica, a sexualidade passa ao campo de análise cientificista.

A *História da Sexualidade* de Michel Foucault é, nesse contexto, uma contribuição fundamental na discussão sobre a sexualidade, o corpo e o gênero. Embora outros autores tenham se dedicado ao estudo da sexualidade<sup>5</sup>, as críticas do autor – sobre o papel dos

---

5 Carole Vance (1995:13-14) cita Jeffrey Weeks e seu trabalho em que traça uma distinção entre o comportamento homossexual e a identidade homossexual, vista por ele como um desenvolvimento histórica e

estudiosos da sexualidade e essa como dispositivo de poder – oferecia mecanismos (ferramentas) teóricos de questionamento não apenas das categorias estabelecidas como também da ordem do poder. O autor afirma que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (FOUCAULT, 1998:79).”

Por um lado, a hipótese repressiva – a ideia de que a humanidade constantemente precisa controlar o impulso sexual – além de reiterar e essencializar a dicotomia sexo e gênero, restringe a sexualidade ao campo da natureza e, portanto, discutida a partir do discurso médico e psiquiátrico. O que Foucault argumenta é que dessa forma, ignora-se “o fato central sobre a sociedade moderna: de que a sexualidade era um ‘aparato histórico’ que tinha se desenvolvido como parte de uma rede complexa de regulação social que organizava e modelava (‘policiaava’) os comportamentos individuais (WEEKS, 2013:45).”

A sexualidade tal como interpretada é uma categoria política construída historicamente. Assim como o gênero, pensamos a sexualidade a partir do referencial do corpo e é no esforço em demonstrar essa construção que Foucault argumenta como a sexualidade é um dispositivo normativo. A construção discursiva sobre os comportamentos sexuais naturalizada e a reduz o indivíduo ao sexo. Segundo o autor, a própria ideia de sexualidade é “um dispositivo histórico”. Entretanto, esse papel atribuído ao sexo ainda é comumente aceito como verdade e legitimado pelo discurso científico. É importante ressaltar que a partir dessa suposta legitimidade, a sexualidade foi amplamente utilizada como arma nas relações de poder. A prática de controle social a partir da sexualidade é evidente nas modulações de conduta sexual, ou seja, da categorização de comportamento socialmente aceitável. A repressão sexual era fundamental para viabilizar a ordem e o poder conforme as condições da nascente ordem social burguesa. Nesta perspectiva, o sexo é um dispositivo histórico produzido pelos discursos sobre sexualidade – geralmente associadas a impureza tendo como objetivo o controle sobre corpos e práticas.

---

culturalmente específico. Além de Weeks, ela cita ainda Jonathan Katz e seu trabalho sobre a historicização da identidade gay.

## 1.2 A emergência dos estudos de masculinidade

Desde a década de 1960 os estudos feministas problematizam a questão da mulher, a hierarquia de gênero e a dominação masculina. Uma das críticas das antropólogas feministas se referia ao androcentrismo da disciplina: a antropologia falava sobre homens, para homens e era produzida por homens<sup>6</sup>. Vários autores apontam o papel dos movimentos feministas e gays para os estudos sobre homens e masculinidades (VALE DE ALMEIDA, 1995; GIFFIN, 2005; SOUZA, 2009). Na medida em que desconstruem o senso comum sobre a noção de família, sexualidades e gênero abrem espaço para a antropologia a reconsiderar seus paradigmas e a construir novos instrumentos teóricos. Deste modo, o aumento dos estudos sobre mulheres produzidos por mulheres verteu um novo campo de análise, a antropologia do gênero. Nesse contexto que, segundo Karen Giffin,

“foi-se descobrindo e esmiuçando o esquema binário que organizava nosso mundo: na oposição e hierarquização de cultural/natural, social/biológico, ciência/arte, razão/emoção, produção/reprodução, público/privado, ativo/passivo, corpo/mente etc. consolidou-se a noção de dois ‘sexos opostos’. Durante anos os homens foram inseridos como objeto nos estudos segundo este modelo, freqüentemente referido como ‘patriarcal’: racional, ativo no público, na produção da ciência e da cultura, provedor, sexualmente ‘irresponsável’, poderoso, universalizado na sua dominação, Homem com ‘H’ maiúsculo. O outro lado desta moeda é a Mulher: emotiva, voltada ao mundo privado da reprodução dos filhos, cuidando das relações de afeto, sexualmente passiva, dependente, obediente, universalizada na sua opressão. Na confrontação entre Homem e Mulher nas relações sociais, fossem na esfera doméstica ou no público, as vantagens todas, segundo os valores dominantes da sociedade individualista, competitiva e monetarizada, pareciam ser dos Homens (GIFFIN, 2005: 48).”

A abordagem feminista sobre o caráter relacional e a construção histórica do gênero são fundamentais para compreender as relações de poder, violência e subordinação entre homens e mulheres, homens e homens. Além disso, explicita um aspecto importante nesse contexto de debate: os homens também são sujeitos generificados. Nessa análise, o gênero é

“construção social que engendra e legitima o poder masculino. O ponto de partida de nossas reflexões sobre homens e masculinidades, baseadas nesse marco conceitual, é que não existe uma única masculinidade e que tampouco

---

6 Parafraseando Matthew Gutman

é possível falar em formas binárias que supõem a ‘di-visão’ entre formas hegemônicas e subordinadas. Tais formas dicotômicas baseiam-se nas posições de poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens particulares, que também desenvolvem relações diversas com outras masculinidades (MEDRADO & LYRA, 2008:824).”

Deste modo, pode-se afirmar que masculinidade não se refere apenas aos homens, nem tampouco que há uma masculinidade e sim masculinidades. Apontar o caráter relacional do gênero é considerar os sujeitos concretos a partir das relações. Assim, é possível expor a pluralidade na constituição das pessoas pautadas não apenas pelo gênero, como também por outros marcadores como raça, classe, orientação sexual, religião dentre outros (COSTA, 2001: 49). Os estudos sobre masculinidade datam desde a década de 1960 principalmente em países anglo-saxões (NASCIMENTO, 1999; SOUZA, 2009) e já há vários trabalhos que traçam a genealogia da masculinidade a partir da antropologia e dos estudos de gênero (OLIVEIRA, 2004; GIFFIN, 2005; para citar alguns exemplos). Entretanto, me deterei em alguns autores que considero importantes pela relevância das obras discutidas até hoje.

### **Connell e a masculinidade hegemônica**

Conhecida principalmente pelo livro *Masculinites*, publicado em 1995, Raewyn Connell tem vários livros e artigos publicados tratando de assuntos como classe, sexualidade e gênero, violência. Embora algumas reflexões sobre masculinidades, gênero e hierarquia social já estivessem presentes em *Gender and Power*, publicado em 1987, é em *Masculinites* que Connell elabora de forma mais refinada o conceito de masculinidade hegemônica.

O conceito surgiu em um contexto em que se discutia os ‘papéis masculinos’, hierarquias das masculinidades debatidas por movimentos gays, além claro do movimento feminista. Connell propõe um conceito para os estudos do gênero a partir da teoria da prática. A relação entre estrutura e práticas sociais, de gênero e masculinidades são a base para o modelo teórico que propõe interpretar a ação humana – em termos de gênero – e seus determinantes objetivos e subjetivos. É por isso que Connell afirma que uma teoria das relações de gênero requer uma teoria de ordem e práticas sociais, ao invés dos ‘papéis

sociais e sexuais' (BERMÚDEZ, 2013: 285). Deste modo, Connell entende que a masculinidade é

“uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de ‘masculinidades’. Existe o perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero simplesmente como um pout-pourri de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas. Esta é uma definição formal; deixem-me explicar os termos. Falar de uma configuração de prática significa colocar ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado (CONNELL, 1995:188).”

Nesta análise, o gênero constitui muito mais que relações interpessoais. Refere-se a uma estrutura social, econômica, estatal, institucional e sexual complexa e muito mais abrangente que a dicotomia homem/mulher, macho/fêmea. É dessa proposta que Connell traça seu conceito de masculinidade, ou melhor, masculinidades. Para essa autora, nessa configuração, várias masculinidades são produzidas, uma vez que relações de gênero também se referem a relações “entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade (CONNELL, 1995:188).” Assim, ela concorda que o gênero é uma construção histórica em que as próprias masculinidades estão sujeitas à mudanças e reformulações, propondo que

“devemos pensar na construção da masculinidade como um projeto (no sentido de Sartre) perseguido ao longo de um período de muitos anos e através de muitas voltas e reviravoltas. Esses projetos envolvem encontros complexos com instituições (tais como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais (tais como a comunicação de massa, a religião e o feminismo). Esses encontros têm uma estrutura dialética e não uma estrutura mecânica. [...] Se as masculinidades são construídas através dessas formas, elas são também constantemente re-construídas. As masculinidades estão constantemente mudando na história. Obviamente, podemos não vivenciá-las como tais; a ideologia popular freqüentemente representa o gênero como aquilo que não muda: o estável e ‘natural’ padrão que subsiste sob o fluxo geral. O padrão agora freqüentemente chamado de ‘masculinidade tradicional’, e vinculado à ‘família tradicional’, é, na verdade, uma forma de gênero historicamente recente, um produto claro do mundo moderno. (CONNELL, 1995: 190-193).”

O conceito de masculinidade hegemônica foi pensado em meio a efervescência dos

estudos em sociologia e antropologia sobre estruturas de poder, hierarquização e subordinação na constituição relacional dos gêneros. Connell apresenta então uma tipologia de masculinidades, que em contexto Ocidental, exemplifica as relações de produção e reprodução das estruturas de dominação. Há, segundo ela, quatro tipos de masculinidade, a saber: a) hegemônica; b) subordinada; c) cúmplice e d) marginalizada (CONNELL, 2005). Essa tipologia é interessante no sentido de que pensa e elabora conceitos múltiplos de masculinidades existentes em um mesmo contexto, além de pontar uma “certa maleabilidade” social nas estruturas de poder. Neste contexto, a masculinidade hegemônica

“foi entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNEL & MESSERSCHMIDT, 2013: 245).”

Nesse quadro elucidativo, a masculinidade hegemônica pode ser definida como

“the configuration of gender practice which embodies the currently accepted answer to the problem of the legitimacy of patriarchy, which guarantees (or is taken to guarantee) the dominant position of men and the subordination of women [...]. I stress that hegemonic masculinity embodies a “currently accepted strategy”. When conditions for the defense of patriarchy change, the bases for the dominance of a particular masculinity are eroded. New groups may challenge old solutions and construct a new hegemony. The dominance of any group of men may be challenged by women. Hegemony, then, is a historically mobile relation<sup>7</sup> (CONNELL, 2005: 77 *apud* BENTO, 2015: 87).”

A masculinidade hegemônica é aquela que estabelece o modelo ideal a ser alcançado.

Nesse caso, torna-se sinônimo de poder, força, virilidade, dominação; é a masculinidade que

---

7 Masculinidade hegemônica pode ser definida como a configuração de prática de gênero que envolve respostas atualmente aceitas para o problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou é levado a garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres [...]. Insisto que a masculinidade hegemônica encarna uma ‘estratégia atualmente aceita’. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para o domínio de uma masculinidade particular são corroídas. Novos grupos podem desafiar velhas soluções e construir uma hegemonia nova. O domínio de qualquer grupo de homens pode ser desafiado por mulheres. Hegemonia, então, é uma relação historicamente móvel. Tradução de Berenice Bento, 2015.

proporciona as ferramentas de dominação sobre as outras masculinidades e as mulheres, legitima o patriarcado. Além disso, há ainda os outros três tipos apontados por Connell, que em maior ou menor grau corroboram com as estruturas de poder: a masculinidade subordinada refere-se à dominação e normatividade entre homens, como a hierarquia da sexualidade<sup>8</sup>. A masculinidade cúmplice refere-se à corroboração da masculinidade hegemônica sem, no entanto, incorporar totalmente o modelo. E enfim, a masculinidade marginalizada que, em função da raça ou da etnia, exclui e marginaliza (CONNELL, 1995: 77-81; COSTA, 2001: 57; BENTO, 2005: 91). Apesar dessa tipologia, Connell afirma que a masculinidade hegemônica não é fixa, e é possível que um outro modelo viesse assumir o “posto” normativo, uma vez que são construções históricas e, portanto, sujeitas a mudanças (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013: 245).

Além de Connell, aponto outro texto que considero importante na análise sobre masculinidades: a obra *Senhores de Si*, é uma referência nos estudos de gênero sobre masculinidades e homossexualidade, sendo um dos primeiros publicados em português. Nesse livro, Vale de Almeida analisa os processos de construção da identidade masculina a partir do modelo masculinidade hegemônica proposto por Connell. O livro tornou-se referência sobre masculinidade, principalmente na América Latina, não apenas pelo contexto de publicação – década de 1990 – mas também pela proposta de abordagem da masculinidade hegemônica como modelo ideal coercitivo e como categoria de análise.

Dos aspectos da masculinidade hegemônica de influência na constituição do sujeito masculino, pode-se considerar elementos fundamentais: o trabalho, a virilidade – ou melhor, a discursividade sobre as atividades sexuais – e a família. Nota-se no texto a exaltação exacerbada da própria sexualidade – compreendida em sentido de predação – e concomitantemente da depreciação da mulher principalmente em função da sexualidade feminina. O autor aponta o marcador da idade dividido a partir de dois prismas: um refere-se a conceptualização e vivência incorporada da masculinidade por grupos etários diferentes, porque a performatividade se altera quando analisada por este fator; o segundo alude ao ciclo de vida individual que diz respeito aos modos de aprendizado dos diferentes

---

<sup>8</sup> A subordinação dos homens gays, o caráter “menos masculino” da homossexualidade.

papéis sociais correspondentes a esses grupos etários.

Ainda neste sentido, a masculinidade está embutida na ascensão social, que estabelece uma relação contraditória. Enquanto o status alcançado através da especialização no trabalho – ressaltando que essa especialização não necessariamente é associada a níveis de escolaridade – aguça a inveja e exalta a capacidade masculina de prover, é o trabalho braçal que exalta expressão corporal o trabalho “pesado”, duro, geralmente associado ao masculino. É neste contexto que os símbolos e significados de gênero são exemplificados: a dualidade entre masculino e feminino como constitutivo do mundo fundamentado pela diferencial sexual/corporal. Toleram-se a incorporação de algumas características atribuídas ao gênero oposto, desde que não exclusivamente. Assim, a masculinidade está sempre em construção e necessita de reafirma-se constantemente. Este aspecto é interessante pela proposição do autor de que isto é necessário uma vez que a feminilidade é interpretada como essência devido aos aspectos corporais da menstruação e principalmente do parto.

### **1.2.1 Críticas ao conceito de masculinidade hegemônica**

O conceito de masculinidade hegemônica tem servido de base para várias formulações sobre as identidades e vivências masculinas há, pelo menos, vinte anos (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013:242). Nesse período, várias críticas ao modelo de Connell apontam uma incoerência: se a proposta é uma teoria da prática, das vivências reais, a masculinidade hegemônica não é algo efetivamente alcançado por nenhum homem. O conceito é falho por essencializar o caráter dos homens ou impor uma unidade ilusória a uma realidade fluida e contraditória. Além disso, contribui para a manutenção da questão da dicotomia sexo/gênero, naturalizando o corpo.

A própria Connell discorre sobre as críticas ao conceito elabora novas concepções. Ela argumenta que os críticos apontam a ambiguidade no uso do conceito, uma vez que o conceito parece fixar um modelo “trans-histórico”, que desconsidera a argumentação da autora da fluidez e conseqüente transformação das masculinidades (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013: 252). Connell responde afirmando que embora o conceito de masculinidade hegemônica não corresponda a vivência real,

“Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a hegemonia na ordem de gênero societal (CONNELL, 2013: 253).”

Deste modo, mesmo que o modelo de masculinidade hegemônica proposto por ela não seja tão delineado, ele está efetivamente atuando nas vivências de modo a estabelecer um ideal e, assim, ações em busca desse modelo. Uma das mais interessantes é a crítica de Holter, afirmando que o

“conceito constrói o poder masculino a partir da experiência direta das mulheres em vez da base estrutural da subordinação das mulheres. Holter acredita que nós devemos distinguir entre o ‘patriarcado’, uma estrutura de longo termo da subordinação das mulheres, e o ‘gênero’, um sistema específico de trocas que surgiu no contexto do capitalismo moderno. É um equívoco tratar a hierarquia das masculinidades construídas no seio das relações de gênero como um contínuo lógico com a subordinação patriarcal das mulheres. Holter significativamente aponta as evidências de um survey norueguês que mostram que as identidades de gênero dos homens não colocam em ato tão prontamente as práticas relacionadas com a igualdade, como o fazem com aquelas relacionadas à violência. Holter certamente está certo ao dizer que é um equívoco deduzir relações entre as masculinidades a partir do exercício direto do poder pessoal pelos homens sobre as mulheres. Também devemos levar em questão a institucionalização das desigualdades de gênero, o papel das construções culturais e a ação combinada das dinâmicas de gênero com a raça, a classe e a região (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013:254).”

Uma vez que os homens podem adotar a masculinidade hegemônica quando lhes convém, seja para reafirmar uma posição de privilégio seja para afastar-se desse modelo, há um obscurecimento do sujeito. Assim, ‘masculinidade’ não se refere a representação de um ‘tipo’ de homem, mas um modo como os homens se posicionam por meio das práticas discursivas. (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013:257). Alguns autores, como Whitehead, alegam que o conceito de masculinidade hegemônica considera apenas na estrutura, invisibilizando o sujeito: “o individual se perde no interior de um aparato ideológico ou, em termos althusserianos, sujeito a ele a uma vontade inata de poder (WHITEHEAD, 2002: 92-94 *apud* CONNELL, 2013:257).”

O conceito de masculinidade hegemônica tal como proposto é problemático. A aplicabilidade, nos termos de Connell, adotando a noção de hegemonia não é suficiente quando colocada à luz do contexto social concreto. Como afirma Fialho,

“O adjetivo ‘hegemônico’, derivado de Gramsci, surge como um sério problema teórico, uma vez que o termo implica constante luta pela posição de preponderância. Se é fato que ainda existe uma forma hegemônica de masculinidade, trata-se de refletirmos a respeito da questão: formas distintas de masculinidade, ao se contraporem à predominante, buscam ocupar tal posição hegemônica ou, será que o que pretendem é, sobretudo, reconhecimento como uma forma também legítima e possível de experienciar a masculinidade? Pretendemos, ao recuperar o sentido original de hegemonia, refletir de forma crítica sobre as implicações de tal apropriação teórica aos estudos sobre masculinidades (FIALHO, 2006:1).”

## 2. Estudos de masculinidade em contexto brasileiro

Os estudos de masculinidade, a partir das perspectivas sociológicas, psicológicas e antropológicas, ganharam maior destaque no Brasil nos anos 1990, sob influência do que se discutia nos EUA e na Europa. Aqui porém, além dos conceitos já discutidos adotou-se um discurso que, embasado nas teorias feministas de estruturas de poder e dominação, afirmava não ser apenas as mulheres as vítimas do machismo (OLIVEIRA: 2000: 90; SOUZA, 2009: 132). Nessa abordagem,

“A argumentação mais comum e que ajudou a constituir uma percepção de crise da masculinidade apostava na idéia de uma vitimação do gênero masculino. Assim, durante o processo de constituição e constante reafirmação da masculinidade o homem tomar-se-ia propenso a experimentar dilemas e conflitos que gerariam angústias, auto-alienação e inexpressividade, elementos constitutivos do quadro de fragilidades, dissabores e sofrimentos que conformaria o exercício da masculinidade (OLIVEIRA: 2000: 90).”

Além disso, as conquistas de direitos, mudanças no comportamento sexual das mulheres, os questionamentos acerca da dominação masculina e enfrentamento do patriarcado são apontados como causas dessa “crise da masculinidade.” A partir desse discurso estabeleceu-se a ideia da masculinidade como um “peso” infligido aos homens que precisam corresponder a expectativas e alcançar o ideal da masculinidade hegemônica. Nas Ciências Sociais, os trabalhos sobre as sexualidades masculinas também ganhavam grande destaque, principalmente aqueles que discorriam sobre a homossexualidade. Questões relativas a violência e paternidade só alcançaram destaque mais recentemente (SOUZA, 2009: 132).

Assim, a partir desses eixos-chave trato de questões sobre trabalhos que abordam as masculinidades em contexto brasileiro. Embora estruturados em tópicos, todas essas dimensões são fundamentais nas análises relativas aos gêneros masculinos, sujeitos e constituição de masculinidades. A escolha desses aspectos em particular em vez de outros<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> A raça e etnicidade também são fundamentais quando pensamos em uma construção de masculinidade específica. Connel em *Masculinities*, aponta superficialmente essa questão ao falar sobre as masculinidades subalternas.

refere-se aos textos tomados como base na estruturação desse trabalho<sup>10</sup>.

## 2.1 Trabalho

A importância do trabalho na constituição das masculinidades é compreendida a partir de várias perspectivas. A primeira e mais óbvia é a econômica, mas para além disso há mecanismos de afirmação identitária como honra, virilidade, controle e status que permitem uma análise abrangente. A maioria dos textos que abordam o trabalho (NOLASCO, 1993; VALE DE ALMEIDA<sup>11</sup>, 1995; GROSSI, 2004), sob essa perspectiva de gênero proposta, tratam do tema relacionando a identidade masculina ao acesso legitimado e garantido ao espaço público como aspecto fundamental da constituição da masculinidade.

Poder-se-ia afirmar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o acesso ao ambiente público, simbolicamente masculino, constituiria uma ruptura e instauraria um problema de ordem identitária para os homens. Se a função de provedor principal em muitas famílias agora é feminina, essa masculinidade começa a perder uns dos referenciais principais que caracterizariam a masculinidade heteronormativa. Embora não haja trabalhos que tratem dessa questão especificamente, a reificação do espaço doméstico como feminino produz e reproduz a divisão sexual primária do trabalho em que os pares masculino/público e feminino/privado representam os modelos normativos legitimados. O trabalho doméstico permanece como responsabilidade feminina na maior parte dos domicílios brasileiros. A inclusão dos homens no trabalho de casa pode, nesse contexto, desestabilizar uma das bases das identidades masculinas ao incluí-los em um lugar historicamente direcionado às mulheres.

“O valor do homem como trabalhador mede-se tanto por sua competência específica no trabalho quanto por sua competência em manter sua mulher como não-trabalhadora, evitando o substantivo que colocaria em perigo a

---

10 São principalmente os textos de Miguel Vale de Almeida, *Senhores de Si*, e *Masculinidades: Uma revisão Teórica*, Miriam Pillar Grossi.

11 No contexto analisado, Vale de Almeida aponta uma distinção interessante entre o trabalho na pedreira – braçal – e o trabalho burocrático e a chefia. Enquanto o primeiro é um marcador de construção de um corpo masculino ideal, o segundo traz um status econômico que serve de referência a hierarquia entre esses homens.

'ordem natural das coisas' e retendo-lhe o qualitativo de 'trabalhadeira', ou seja, a que não economiza esforços para manter sob controle estrito a administração cotidiana da casa e dos filhos(GUEDES, 1992:402 *apud* NARDI,1998: 98)."

### **Se você não tem emprego...**

Um aspecto importante nesse contexto é a relação entre masculinidade, responsabilidade e independência. O trabalho aqui significa acesso à masculinidade adulta, aos mecanismos simbólicos, políticos e sociais que configuram as relações de poder e hierarquias. Gary Barker, em suas análises sobre masculinidade e classe social, demonstra como a pressão pelo trabalho remunerado<sup>12</sup>, pelo ganho financeiro cada vez mais alto, são também fatores vulnerabilidade

“Parece bastante óbvio afirmar que o papel de provedor, arrimo de família ou ‘homem trabalhador’ (em quem masculinidade é definida como possuir trabalho), é talvez um universal, quiçá o universal de como sociedades, instituições, indivíduos e políticas públicas definem a masculinidade adulta. O silogismo, então, é: se masculinidade adulta é igual a trabalho, não ter trabalho significa não ser socialmente reconhecido como um homem adulto. Isto significa vergonha, estresse, depressão, falta de identidade social e, talvez para alguns – junto com vários outros fatores – participação em várias formas de violência armada (BARKER, 2010:125).”

Ter um emprego, nesse sentido, é ser reconhecido como homem adulto e conseqüentemente, ser capaz de formar uma família. Embora a independência econômica não seja mais um privilégio masculino, há ainda um certo resqúicio entre os homens em demonstrar seus valores, poder e autoridades através dos bens e prestígio alcançados pelo trabalho e pela renda.

### **E que o capitalismo tem com isso?**

Entretanto, há ainda outros fatores que constituem um problema para os homens enquanto trabalhadores além do acesso das mulheres ao trabalho remunerado. Sócrates Nolasco (1993) embasa sua análise a partir da perspectiva econômica a fim de demonstrar esse

---

<sup>12</sup> E ênfase é no trabalho remunerado, uma vez que o trabalho doméstico não gera “renda”. Nesse contexto, a honra associada ao trabalho formal é sobreposta pela necessidade de ‘colocar dinheiro em casa

outro aspecto da importância do trabalho na constituição das masculinidades. Segundo o autor,

“Para os homens, o trabalho tem uma dimensão cartográfica, pois define a linha divisória entre as vidas públicas e privada, e, ao mesmo tempo, tem uma dupla função para as suas vidas. A primeira é ser o eixo por meio de que se estruturará seu modo de agir e pensar. A segunda função é inscrever sua subjetividade no campo da disciplina, do método e da violência, remetendo-os a um cotidiano repetitivo (NOLASCO, 1993:50).”

Em relação ao primeiro aspecto, do lugar público, o trabalho representa uma marca característica fundamental da masculinidade: a saída do núcleo familiar. Já foi mencionada a importância de se estabelecer sua própria família. A capacidade de formar e manter uma família, com o trabalho, começa nesse abandono do primeiro núcleo, onde imperam as figuras de autoridade dos pais e não a do homem enquanto indivíduo independente. Mas, para Nolasco, a aparente limitação do trabalho à independência financeira e o desligamento dessa família, produz, sob esse pretexto, um indivíduo obcecado pela produtividade e pela reprodução dos valores capitalistas (NOLASCO, 1993:51).

Neste contexto, a dinâmica e os valores capitalistas produzem e reforçam ideais de masculinidade. Assim,

“Desejar construir um patrimônio e ter status e poder podem ser parâmetros tanto para analisarmos os valores do sistema capitalista como para identificarmos as principais diretrizes que um homem deva tomar para si. É pela determinação da função do que é o trabalho, segundo a especificação capitalista, que estará sendo mantida a direção para os comportamentos e projetos dos homens (NOLASCO, 1993:52).”

O ideal masculino é, nesse sentido, pautado pela busca do modelo heteronormativo – isto é, branco, heterossexual, de preferência casado, esteticamente atraente, educado. A influência capitalista, por meio de diversos mecanismos, é no sentido de produzir a ideia de que através do trabalho árduo e constante, pode-se alcançar esse padrão. Para tal, segundo o autor, são necessárias incorporações de valores capitalistas – como a dominação e a agressividade – quase como pré-requisito para alcançar a satisfação pelo sucesso. O triunfo desses mecanismos está em transpor a ideologia desse sistema em modelos ideais de identidade, diluindo-as pelo cotidiano.

A crítica de Nolasco a adesão desse modelo se refere a atomização da identidade masculina em função da manutenção do sistema. Para ele,

“Ao valora-se um homem por sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso e iniciativa, modelando-o com as expressões daquele que tem em si atributos do poder viril, perpetua-se o próprio modelo em si. Do modo como está, o homem tem continuamente abdicado de sua capacidade crítica, e com isso fica sem a distância necessária para analisar a relação que estabelece com o que faz. Assim, abre mão da possibilidade de escolher um tipo de trabalho que o personalize e o identifique em sua singularidade (NOLASCO, 1993:54).”

Tomada as devidas proporções, o pessimismo do autor se justifica, por exemplo quando analisamos os trabalhos que tratam do problema da aposentadoria, seja por invalidez ou por idade, na fragmentação e reconstituição dessas identidades pautadas por esse modelo capitalista.

### **Pós trabalho**

Muitos homens expressam o quanto se sentem frustrados e diminuídos quando não provem o sustento da casa. É função do homem trabalhar, enquanto para a mulher isso pode ser interpretado como ‘opcional’ de acordo com os arranjos familiares. Neste sentido, os homens estariam ligados à produção e ao público, enquanto as mulheres estariam relacionadas a reprodução e ao privado (GROSSI, 2004:16). O trabalho aciona diversos referenciais simbólicos e econômicos que são fundamentais para o acesso dos homens à masculinidade, além de envolver o corpo masculino e a força, o que nesse contexto diferencia os homens das mulheres.

Alguns trabalhos (NOLASCO, 1993; MINAYO; MENEGHE; CAVALCANTE, 2012; BACKER, 2010) problematizam a masculinidade enquanto prejudicial também para os homens, na medida em que

“O mesmo ambiente cultural que consagra e reproduz a supremacia masculina, porém, prejudica o homem quando, por exemplo, o leva a descuidar de sua saúde e a negar riscos frente a qualquer falha na função de provedor. Quando afetado pela doença, ele tende a se calar e a não buscar apoio. [...] Na velhice e na doença, o modelo de masculinidade predominante que valoriza o estoicismo e o controle das emoções, o machismo e a

competitividade tende a se exacerbar, uma vez que, no percurso do ciclo vital, outros adultos vão assumindo funções de mando na sociedade e na família, relegando o idoso a um posto secundário. Essa sensação de estar em segundo plano costuma fazê-lo sentir-se inútil em decorrência do afastamento do trabalho; incapaz ou perdedor quando sofre revezes econômicos e humilhado ou impotente frente a problemas relacionais ou de desempenho sexual (MINAYO; MENEGHE; CAVALCANTE, 2012:2666).”

Vale destacar que os autores não desconsideram os privilégios da masculinidade heteronormativa, a opressão e violência. Não se trata de estabelecer parâmetros comparativos. A proposta é analisar como o padrão imposto por essa masculinidade pode também significar um fator de vulnerabilidade entre os homens, inclusive envolvendo casos de depressão e suicídio, além da criminalidade.

O trabalho para os homens serve como referência existencial e produz sentimento de honra como escudo. É importante lembrar que ser o provedor, ser capaz de proporcionar à família estabilidade financeira é fundamental em um primeiro momento de ingresso à masculinidade. Assim, quando pensamos na velhice, na aposentadoria, a perda dessa função produz uma sensação de incompletude, de deslocamento social, uma vez que o trabalho proporciona também o acesso ao lugar masculino socialmente estabelecido.

Neste contexto, onde muitos homens idosos em situação de aposentadoria ou que por acidente deixaram de exercer suas atividades de trabalho, o suicídio é interpretado como alternativa. Minayo, Meneghe e Cavalcante argumentam que

“Para grande parte dos idosos que se suicidaram, as questões de honra vêm associadas a perdas de bens, status e prejuízos nos empreendimentos, a casos em que sua reputação foi maculada ou em que enfermidades os tornaram impotentes. No caso de perdas materiais, para os agricultores as questões principais foram quedas de safras, prejuízo nos negócios e endividamentos. Para os trabalhadores urbanos, a queda no poder aquisitivo com a aposentadoria, apavoramento com a situação de inadimplência financeira, preocupações com empréstimos concedidos e não ressarcidos e medo de empobrecimento e de falhar na função de provedor (MINAYO; MENEGHE; CAVALCANTE, 2012:2670).”

As autoras afirmam que o fato de muitos desses homens terem sido educados nos padrões da masculinidade heteronormativa, em que virilidade e dominação são essenciais para a formação da identidade, interfere drasticamente em suas relações pessoais e na

subjetividade. A perda do poder econômico – muitas vezes associada a dependência da família – caracteriza uma ruptura familiar, uma vez que pode significar a perda do controle sobre as esposas e os filhos o que, na sociedade patriarcal, revela uma falha de masculinidade.

## **2.2 Violência**

Os trabalhos sobre violência no Brasil são pautados por três referenciais: a violência de gênero – muitas vezes assumida como sinônimo de violência contra a mulher –, violência associada a criminalidade e violência direcionada às pessoas LGBT. Os textos analisados trazem, em alguma medida, essas dimensões assumindo o caráter relacional de gênero e, portanto, o exercício da violência em diversos contextos. Além disso, os autores também analisam a violência a partir das estruturas de poder, institucionalizada nas relações.

Os estudos sobre violência, especificamente a violência de gênero, assumiram um papel importante principalmente em relação aos aspectos jurídicos, sociológicos e de políticas públicas a partir da década de 1980 (SANTOS & IZUMINO, 2005: 147). Pautados pelos discursos até então recentes sobre patriarcado, opressão das mulheres e construção do indivíduo tendo o gênero como referencial, as discussões pretendiam desconstruir as bases naturalistas sobre as quais a diferenciação sexual e hierarquia se constituíram. Daniel Welzer-Lang, por exemplo, parte de um duplo paradigma naturalista:

“a pseudo natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino; a visão heterossexuada do mundo na qual a sexualidade considerada como ‘normal’ e ‘natural’ está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres. As outras sexualidades, homossexualidades, bissexualidades, sexualidades transexuais... são, no máximo, definidas, ou melhor, admitidas, como ‘diferentes’ (WELZER-LANG, 2001: 460).”

### **Violência se aprende**

A partir da perspectiva relacional do gênero e das múltiplas masculinidades, vários

autores<sup>13</sup> propõem pensar a associação entre masculinidades e violência desde a construção social da masculinidade. Assim, percebe-se “relações de gênero como relações de poder, identificando tanto gênero quanto masculinidade como noções fluidas e situacionais, que variam dependendo da forma como as relações se estabelecem em determinada situação e o modo como a interação na sociedade vai definindo os papéis dos sujeitos (URRA, 2014: 118-119).” Além disso, o inalcançável ideal de masculinidade pautado pela virilidade, poder e controle torna-se um aspecto fundamental nas relações de violência. Como aponta Nolasco

“A violência move e sustenta a balança de poder entre os homens, na medida em que funciona como dispositivo para reverter ou manter determinada correlação de forças que lhes é solicitada socialmente. O apelo é para que ocupem posições de prestígio e nelas sejam soberanos. E é para cumprir esse apelo que a violência se transformou em marca masculina, acionada pelos homens quando se vêem impossibilitados de exercerem esse papel. A violência passou a ser uma ferramenta por meio da qual um homem busca materializar o que para ele está prescrito no imaginário da cultura do Ocidente (NOLASCO, 1993:61).”

A masculinidade depende muito mais de construção, de conquista que a feminilidade – partindo do pensamento dualista de oposição como masculino/feminino, cultura/natureza – e os processos de aquisição de masculinidades são complexos e elaborados, marcados por rupturas bruscas e violência. O controle sobre as mulheres e seus corpos remete à dualidade essencialista da mulher como mais próxima da natureza, portanto incontrolável, enquanto ao homem, mais próximo da cultura caberia a tarefa de domar essa natureza feminina visando sua própria honra e integralidade familiar. Esse modelo de masculinidade pautado pela violência, pela construção social e histórica das relações entre homens e mulheres, homens e homens, é considerado um dos fatores mais importantes na determinação da violência de gênero (URRA: 2014: 125). A masculinidade é construída em oposição à feminilidade, é preciso afastar-se do que é imputado como “coisa de mulher”. O menino precisa se afastar da mãe e buscar seu referencial masculino. Essa ruptura seria uma das primeiras violências necessárias para alcançar a identidade masculina.

---

13 Autores como Heleieth Saffioti (1995), Gary Barker (2005), Bendito Medrado e Jorge Lyra (2014).

“Desde a infância até à idade adulta, e muitas vezes durante toda a vida, a masculinidade é muito mais uma reação inconsciente do que uma adesão consciente. O homem, a partir da meninice, se afirma por uma tripla negação ou oposição: ‘eu não sou minha mãe’; ‘eu não sou um bebê’; ‘eu não sou uma menina (ou um homossexual)’. Este protesto de autoafirmação viril é dirigido antes de tudo à sua mãe, mas logo se estende às demais mulheres, aos outros homens e ao próprio mundo, além dele mesmo, o que pode explicar, pelo menos parcialmente, as razões da violência ser um atributo essencialmente masculino (BORIS & BLOC, 1996:67).”

Gary Barker, em seu trabalho sobre masculinidade e violência em favelas do Rio de Janeiro, também aponta que

“In other words, boys are not born violent—they learn to be violent. And they mainly learn to be violent by seeing other boys and men use violence, by witnessing violence, by themselves being victims of violence in the home, at school and in their neighbourhoods and by seeing violence as an effective means to acquire income, power and respect and attract women (BARKER, 2005:61).”<sup>14</sup>

Assim, a violência enquanto está enraizada nas relações intersubjetivas está também fundamentada por uma estrutura, envolvida por produções de desigualdade social – que pode surgir a partir de diferenças étnicas, de gênero ou de classe. Além disso, a assimetria nas relações de trabalho, que gera violências como o desemprego, a precarização e desvalorização do trabalho, é fundamental para a análise de um quadro comportamental violento – pautado pela competitividade, discriminação, preconceito e xenofobia (ARAÚJO, SILVA & DA LUZ, 2011:189). Saffioti aponta que homens são vítimas de violência principalmente no espaço público justamente por ter mais acesso a esse lugar (SAFFIOTI, 1995: 32-33). No que se refere às mulheres, nota-se que a violência ocorre, em grande medida, em ambiente doméstico infligida por algum homem conhecido ou mesmo familiar. Desse modo, “a criminalidade, a violência pública é uma violência masculina, isto é, um fenômeno sexuado. A disparidade muscular, eterno argumento da diferença, deve ser interpelada em diferentes níveis. [...] Nós confundimos frequentemente: força-potência-dominação e virilidade (WELZER-LANG, 1991:59 *apud* SAFFIOTI, 1999:13)”.

---

<sup>14</sup> Em outras palavras, garotos não nascem violentos - eles aprendem a ser violentos. E aprendem a ser violentos vendo outros garotos e homens usando de violência testemunhando violência, sendo vítimas de violência em casa, na escola e em seus bairros e vendo a violência como um meio eficaz para adquirir respeito, poder e atrair mulheres, Tradução livre

O gênero é aqui tomado como categoria de análise que possibilita a compreensão das estruturas de poder e dominação.

As instituições, como a família e a igreja por exemplo, produzem hierarquias de poder no intuito de exercer controle e nesse contexto, o referencial que pauta essas hierarquizações é o masculino heterossexual. Welzer-Lang argumenta que

“Articulando prazeres – prazer de estar entre homens (ou homens em formação) e se distinguir das mulheres, prazer de poder legitimamente fazer ‘como os outros homens’ (mimetismo) – e dores do corpo, cada homem vai individualmente e coletivamente fazer sua iniciação. Através dessa iniciação se aprende a sexualidade. A mensagem dominante: ser homem é ser diferente do outro, diferente de uma mulher. [...] **O masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo**<sup>15</sup> (WELZER-LANG, 2001: 463-464).”

### 2.3 Sexualidades

A tradição antropológica, também no Brasil, parece focar seus esforços em conceitualizar, ao mesmo tempo em que desconstrói, os modelos naturalizados de sexualidade sem, no entanto, fugir muito do modelo dicotômico de análise. Grande parte dos trabalhos refere-se à homossexualidade masculina e a hierarquia entre as identidades homo e heterossexuais. Sabemos que a sexualidade é um dos mais eficientes dispositivos de dominação e regulação das identidades. Desde as décadas de 1970 e 1980, quando os estudos de gênero e, especificamente estudos gays, emergiram como campos de investigação relevantes na antropologia brasileira, as análises sobre a constituição das identidades homossexuais buscavam não simplesmente tipificar as experiências, mas evidenciar a complexidade e diversidade dessas vivências dentro de um sistema heterossexual específico como o brasileiro.

A problematização da homossexualidade no Brasil esbarra no modelo de análise dualista em que os pares masculino/feminino – ativo/passivo servem como base para “explicar” a sexualidade. É verdade que as abordagens mais recentes são influenciadas pelos estudos queer, mas a antropologia esteve por um bom tempo estagnada nesse

---

15 Grifo meu

paradigma que considerava a sexualidade intrinsecamente ligada ao gênero.

### **Quem é queria ser um bundão, brocha ou veado?**

Roberto Damatta tem um texto interessante sobre a constituição da masculinidade a partir da sexualidade. Em “Tem pente aí?”<sup>16</sup> o autor expõe a fragilidade da identidade masculina e a constante necessidade de afirmar a superioridade do machão<sup>17</sup> enquanto ideal de homem.

A brincadeira revela uma questão delicada sobre o ser homem, nesse conceito que repudia qualquer outra forma de vivência masculina, a “zona proibida” no corpo de um homem: as nádegas. Segundo Damatta,

“Pedir um pente era uma demanda normal, mas procurá-lo sem pedir no ‘bolso de trás’ da calça do companheiro equivalia a um ataque inesperado ao traseiro, uma zona sagrada do corpo masculino, corpo que, naquela etapa da vida, todos estavam constituindo com cuidado e grave sensibilidade. Se a vítima reagia violentamente, ela era imediatamente acusada de possuir uma sobressensibilidade na bunda: sinal de que havia sido ‘mordida de cobra’. Ou, pior ainda, que tinha ‘tesão no rabo’, sintoma de tendência ao homossexualismo passivo que se constituía em dos dois maiores inimigos do modelo de masculinidade adotado – o outro seria a impotência (DAMATTA, 2010: 136).”

Para o autor, a brincadeira consistia, de uma maneira exagerada e agressiva, em um modo de controlar e vigiar a sexualidade masculina, uma vez que o “risco” da homossexualidade é constante. Um homem não deve ter sensibilidade em partes erradas do corpo nem por pessoas que não correspondam ao ideal da heterossexualidade, em outras palavras, os homens devem apenas se excitar, usar o pênis, com as mulheres. Essa é outra questão fundamental: a performance sexual, a capacidade de penetrar uma mulher. Ser homem é ao mesmo tempo penetrar e não ser penetrado.

O falo tem, nesse sentido, o protagonismo da constituição masculina. Não apenas era necessário ter um pênis para ser homem, mas também agir de acordo. Assim, “a

---

16 O nome do texto refere-se a uma brincadeira que consistia em apalpar o traseiro de algum amigo sob o pretexto de pegar o pente emprestado. O intuito era testar a reação da pessoa para determinar o nível de masculinidade.

17 O macho nesse contexto é aquele que constrói e justifica a identidade a partir do referencial corporal. O falo, a ação de penetrar e não ser penetrado, além do desempenho sexual com uma parceira feminina são determinantes na macheza.

masculinidade era representada e igualmente englobada pelo pênis que, por sua vez, definia e representava as pessoas numa definição social inapelável. Ou seja: quem havia nascido homem tinha que se comportar como tal – com hombridade, com consistência, firmeza e com certa dureza. (DAMATTA, 2010: 141).” Neste contexto, a homossexualidade é concebida como um abandono do aparato masculino em função de uma feminização. Deste modo, a relação sexual é hierarquizada entre o homem que penetra a aquele que é penetrado, o que para Damatta restabelece a relação homem/mulher.

Assim como ter pênis significa superioridade e masculinidade, a nádega representa a possibilidade do feminino. Porque o problema não era se relacionar com outro homem, mas se permitir ser penetrado,

“Por tudo isso, o mundo poderia ser lido como constituído de uma oposição irreduzível: masculino/feminino. Mas poderia também ser lido como feito de uma gradação que ia do mais extremado nível de masculinidade – digamos do ‘machão’ – passando pelos ‘homens comuns’, transbordando numa fronteira habitada pelos ‘mordidos de cobra’ ou ‘inrustidos’, atingido a zona dos homossexuais ativos, passando pelos passivos, chegando aos ‘mulherzinhas’ e aos ‘efeminados’ e terminando nas mulheres ou no território feminino propriamente dito que, para nós, era algo imanente e não precisava de testes, provas ou demonstrações, pois o feminino era como uma morada: estava sempre lá pra nos receber (DAMATTA, 2010:144).”

### **A política da sexualidade no Brasil: repensando as identidades sexuais**

No texto “Da hierarquia à igualdade: A construção histórica da homossexualidade no Brasil”<sup>18</sup>, Peter Fry apresenta um das peças mais importantes para a análise da homossexualidade masculina.

Com a categorização da homossexualidade pela medicina do século XIX como anomalia, buscaram-se mecanismos de tratamento em certa convivência com a violência das instituições reguladoras – nesse contexto a polícia e a medicina. Peter Fry e Edward MacRae traçam um percurso histórico dos discursos e práticas médicas – incluindo disciplinas *psi* – no que se refere a prática homossexual no Brasil.

“Formou-se a idéia de que a ‘saúde’ da nação era diretamente ligada à ‘saúde’ da família e

---

18 Este texto faz parte do livro *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

dependente, portanto, do controle da sexualidade. Aqui no Brasil, o médico carioca Pires de Almeida, em 1906, escreve no seu livro *Homossexualismo (A Libertinagem no Rio de Janeiro)*: ‘Mais que todos os seres, o homem, pelas suas paixões e por seus instintos libidinosos, corrompe e arruína a própria saúde, destruindo as fontes da vida.’ Daí em diante, são os médicos que vão reivindicar a sua autoridade de falar a verdade sobre a sexualidade e são eles os agentes da gradual transformação da homossexualidade de ‘crime’, ‘sem-vergonhice’ e ‘pecado’ para ‘doença’, ao longo dos anos que seguem. O crime merece punição, a doença exige a ‘cura’ e a ‘correção’ (FRY e MACRAE, 1983: 35).”

Tratada não apenas como anomalia orgânica, a homossexualidade era concebida como doença. O deslocamento dessa visão – de pecado a doença – sobre a homossexualidade propicia a possibilidade de uma cura<sup>19</sup>. Ao contrário do que aconteceu em outros países, no Brasil a homossexualidade não foi incluída no Código Penal Brasileiro como crime. Entretanto, havia uma clara prática médica que marginalizava o homossexual, seguindo até a exames laboratoriais para determinar causas biológicas e sociais da homossexualidade, com foco sobre os biótipos e o ambiente de sociabilidade (FRY e MACRAE, 1983: 39). É nas décadas de 1970 e 1980, com a emergência dos estudos sobre a homossexualidade masculina como categoria identitária e a ação militante, onde começam os deslocamentos de análise, ressignificação e reapropriação política das vivências homoafetivas/homoeróticas.

No artigo citado acima, Fry propõe sistemas de classificação que estariam distribuídos pelas classes sociais e, deste modo, diferenciados:

“Em seu artigo sobre a construção histórica da homossexualidade no Brasil, Fry descreve três sistemas taxonômicos que estariam diferencialmente disseminados no país segundo as distintas classes sociais. No primeiro deles, a hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual vs. feminilidade/passividade sexual, englobaria de forma sistemática todas as identidades sexuais. A categoria ‘homem’, nesse caso, abarcaria todos os indivíduos do sexo masculino que supostamente mantivessem posição ‘ativa’ em relações sexuais com mulheres ou homens, indiferentemente. Homens sexualmente ‘passivos’, tratados como ‘bichas’, ‘viados’ etc., seriam percebidos como uma espécie de híbridos, nos quais atributos anatômicos masculinos se misturariam a características de gênero femininas (as famosas almas femininas em corpos masculinos). O segundo modelo teria sido formulado, sobretudo, por médicos e psiquiatras e, nele, orientação sexual e gênero se desarticulam progressivamente. Nos seus termos, os homens que mantivessem relações

---

19 A cura nesse contexto é médica, diferentemente das correntes mais recentes que se voltaram novamente a cura no sentido religioso.

sexuais com outros homens seriam considerados 'homossexuais', não importando mais a posição 'ativa' ou 'passiva' que assumissem no coito. Aqui, uma certa hierarquia se manteria, mas com base na oposição normalidade/anormalidade-doença, sendo a homossexualidade um desvio doentio ou anômalo em relação à heterossexualidade, instituída em norma. Por fim, historicamente derivado do segundo modelo, o terceiro representaria uma espécie de reação a ele. Mantendo a disjunção entre orientação sexual e gênero e apoiando-se no dualismo hetero/homossexualidade, apenas alteraria o valor dos termos, contestando o estigma de anormalidade ou doença atribuído à homossexualidade. Assim, teríamos um modelo hierárquico (o primeiro) e um modelo igualitário (o último) de construção das identidades e categorias sócio-sexuais, mediados pelo modelo médico-psicológico. (CARRARA e SIMÕES, 2007:69-71)."

Genitalização das sexualidades, como aponta Bento, é um dos efeitos do dispositivo da sexualidade, tal como proposto por Foucault. A heteronormatividade organiza as subjetividades no âmbito da genitalização do desejo enquanto reforça o modelo binário ativo/passivo (BENTO, 2012: 2663). Embora nesse caso a autora refira-se a experiência transexual, pode-se também pensar como a heterossexualidade pauta as relações homoeróticas.

Abordagens mais recentes (TARNOVSKI, 2002) apontam um deslocamento de perspectiva segundo a qual as relações homossexuais já não seriam construídas necessariamente a partir do marcador de gênero, mas pela orientação sexual, trazendo a diferenciação mais significativa seja entre homossexuais, heterossexuais e bissexuais. Tais sistemas indicariam modos diferenciados de dar sentido a sexualidade ao se relacionarem com contextos sociais e culturais específicos.

### 3. Novas (?) masculinidades

#### 3.1 Transmasculinidades<sup>20</sup>

##### Uma introdução

Tentar abraçar, em termos universais, a experiência da transexualidade, o que é uma pessoa transgênero ou transexual é uma tarefa complexa, tanto pela multiplicidade de experiências tanto pelo discurso médico associado ao termo. Discutir sobre a transexualidade impele-nos a repensar os discursos e concepções não apenas sobre o gênero, como também sobre a sexualidade e o sexo.

De modo superficial pode-se afirmar que a transexualidade define-se pelo sentimento de não conformidade ao sexo anatômico. Neste sentido, transexual é uma pessoa cuja identidade de gênero é construída a partir de um referencial, seja masculino ou feminino, que não o sexo biológico. As concepções sobre a transexualidade hoje são embasadas em dispositivos distintos: a possibilidade concreta de “adequação” sexual devido ao aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas e a noção de construção social do gênero, independentemente do sexo biológico (ARÁN, 2006). Entretanto,

“Nas diversas teorias que abordam esta questão parece haver um aspecto consensual: o de que na transexualidade haveria uma incoerência entre sexo e gênero. O discurso atual sobre o transexualismo na sexologia, na psiquiatria e em parte na psicanálise faz desta experiência uma patologia – um ‘transtorno de identidade’— dada a não-conformidade entre sexo biológico e gênero. Por outro lado, ele também pode ser considerado uma psicose devido à recusa da diferença sexual— leia-se, da castração dita simbólica. Nota-se que nestas teorias, o que define o diagnóstico de transexualismo é uma concepção normativa seja dos sistemas de sexo-gênero, seja do dispositivo ‘diferença sexual’. Ambas estão fundadas numa matriz binária heterossexual que se converte em sistema regulador da sexualidade e da subjetividade (ARÁN, 2006: 50)”.

---

20 A título deste tópico utilizarei o termo “homem trans” como um termo guarda-chuva. Procuro evitar o uso de diversas categorias empíricas, tais como “homem transexual”, “transhomem”, “FTM” ou “transexual masculino”, a fim de “condensar a experiência da ‘transexualidade masculina’ (ALMEIDA, 2012:513).” Estou ciente das polêmicas que envolvem os termos e acredito que “homem trans” seja uma escolha metodológica acertada por respeitar a autoidentificação a que muitos homens trans se referem publicamente, nos termos a que se referem Simone Ávila (2014:32) e Rafaela Vasconcelos (2014:31).

O discurso médico e as chamadas ciências psi – psicologia, psiquiatria e psicanálise – pautados pela cientificidade tornaram-se os detentores do saber apropriado e único para esclarecer as motivações que levam alguém de um determinado sexo a reivindicar o reconhecimento social como membro de um outro gênero, contrariando a lógica binária. Este protagonismo delimitou uma fronteira entre o normal e o patológico no campo das identidades sexuais (ALMEIDA e MURTA, 2013; ARÁN, 2006). Os impactos dessa patologização da transexualidade sobre práticas e discursos jurídicos, morais e identitários são de importante análise. Em geral, as pessoas trans têm sérias dificuldades de reconhecimento da sua identidade social em função da lógica binária do gênero, cujos mecanismos de controle oprimem e excluem todos os sujeitos que, de alguma forma, não se conformam à norma. Arán aponta que

“a fixidez da lei estruturalista estabelece, por meio de uma matriz heterossexual, as posições consideradas legítimas. Todo o resto então torna-se incompreensível caso não corresponda a este sistema binário hierárquico, e permanece como um excesso impossível de ser inscrito no âmbito simbólico. Desta forma, aquilo que é possível de ser simbolizado será estabelecido por uma operação violenta de exclusão. (ARÁN, 2006:58)”

Guilherme Almeida e Daniela Murta demonstram como os discursos sobre a transexualidade são diversos fora do campo médico e psi. Os autores afirmam que para o discurso médico, a transitoriedade de gêneros é assumida como uma doença caracterizada pela inconformidade entre o sexo e o gênero “naturalmente” assumido a partir desse referencial. Classificada no Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM), como disforia de gênero<sup>21</sup>, tomou-se, como recurso de intervenção médica indicado, a “adequação” do corpo ao gênero. Assim, a associação entre patologia e a “remediação” é concebida como ferramenta de acesso a modificações corporais. Ou seja, “isto significou a possibilidade histórica de afirmar que transexuais permanecem inscritos na esfera da

---

21 Como os autores apontam no texto, “em dezembro de 2012, a Associação Americana de Psiquiatria (APA), principal difusora da expressão ‘transtorno de identidade de gênero’ em revisão do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM) e por força da crescente campanha do ativismo trans internacional expresso na campanha ‘Stop Trans pathologization’, deixou de classificar a transexualidade como ‘transtorno de identidade de gênero’, substituindo o termo por ‘disforia de gênero’. Trata-se de uma solução intermediária destinada a não mais considerar os/as transexuais como portadores de uma doença mental. O termo ‘disforia’, embora goze de maior legitimação por parte dos/as próprios/as transexuais, não despatologiza completamente a questão, como é o desejo dos proponentes da campanha (ALMEIDA e MURTA, 2013:384).”

psiquiatria, mas sua terapêutica passa pelo reconhecimento de problemas físicos que se tornam assim reversíveis, elemento também presente nos discursos de algumas pessoas transexuais. (ALMEIDA e MURTA, 2013: 384).” Esse discurso também pauta a ação jurídica e do Estado aliada à tutela do diagnóstico, como aponta Mirian Ventura:

“as restrições morais, políticas e legais à autonomia da pessoa – entendida amplamente como indivíduo (corpo unitário, bios), espécie humana (vida nua, zoe), e coletividade (corpo social) – estão na raiz da biopolítica e do biopoder. Neste sentido, o princípio da indisponibilidade do próprio corpo e do estado da pessoa pode ser relacionado às limitações estabelecidas pelo Estado (ou pelo soberano ou qualquer outro de poder), com propósito de proteção da pessoa ou da vida humana, entendida nesse sentido triplo (VENTURA, 2010: 62).”

Entretanto, não somente o discurso médico e as ciências *psi* têm se ocupado em pensar a respeito da experiência transexual. As ciências sociais também disputam um lugar nessa arena teórica, mas entendendo que se trata de um fenômeno histórico e cultural (ALMEIDA e MURTA, 2013; ARÁN, 2006). Guilherme Almeida argumenta que

“Não existe a possibilidade de dizer em termos universais o que é transexualidade – tanto a feminina quanto a masculina – nos moldes das concepções que os discursos médicos ajudaram a forjar, daí o recurso a Berenice Bento, para quem tal experiência é ‘identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição confronta-se à aceita pela medicina e pelas ciências *psi* que a qualificam como uma ‘doença mental’ e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero. Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária’ (BENTO, 2006:15 *apud* ALMEIDA, 2012:515).”

A pluralidade das vivências trans e subjetividades são suprimidas nos discursos patologizantes. Para a autora, essas experiências, ao subverterem o sistema normativo sexo-gênero, expõe de certa forma os mecanismos de controle do discurso biomédico. Ainda neste sentido, Arán argumenta que

“Se tomada como referência a questão do gênero, percebe-se facilmente como gêneros inteligíveis, ou seja, aqueles que têm um estatuto maior de humanidade, são os que estabelecem uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prazeres, tendo como referência uma norma binária e heterossexual. Segundo Judith Butler, as fronteiras e os limites que a biopolítica estabelece entre o inteligível e o impensável, ou melhor, entre normais e ‘anormais’,

fazem com que, para compreender o primeiro domínio, tenha que se esboçar o segundo, provocando uma operação de exclusão inclusiva constitutiva da própria norma. Essa zona de exclusão e de abjeção constituirá um ponto de identificação temida ou repudiada, para não dizer recalcada ou 'foraclusida', contra a qual o próprio sujeito passará a existir. É exatamente esta dinâmica que produz ora a patologização da transexualidade, ora a definição da transexualidade como 'estrutura psicótica e /ou perversa' devido à suposição da recusa do modelo heteronormativo da diferença sexual. (ARÁN, 2010a: 86)"

É importante ressaltar que embora a transexualidade venha a ser uma categoria identitária de uso político, não necessariamente todas as pessoas transexuais adotem esse discurso ou tomem algum posicionamento político. Como já mencionada, a pluralidade de experiências abrange diversas subjetividades, inclusive aquelas que não se fixam como transexuais ou que não julgam que haja problema com as normas de gênero, mas sim com o gênero que lhe foi designado e com as dificuldades de trânsito. Ainda neste sentido, mesmo que para algumas pessoas as modificações corporais sejam uma necessidade – visto a histórica exclusão social e sofrimentos infligidos – para outras não existe essa necessidade de mudança a partir de técnicas médicas (ALMEIDA e MURTA, 2013: 386-388). A vivência no gênero com o qual se identifica também se refere ao uso de vestimentas, acessórios, até mesmo através do comportamento e sociabilidade, tomadas aqui como ferramentas de autoinclusão, realização e afirmação de uma identidade política. Deste modo, o fazer-se na sua identidade como sujeito político utiliza dos discursos sejam de ordem social, médica ou mesmo jurídicas na arena de disputa política e acesso a direitos.

### **Homens trans ... ahn?**

A leitura de *Masculinidad femenina*, de Jack Halberstam foi um fator fundamental neste tópico – e na formação acadêmica como um todo. Foi a primeira leitura efetivamente interessante e reveladora de um campo novo de estudos que foi capaz de produzir uma nova perspectiva sobre masculinidade. As leituras anteriores sobre masculinidade, embora incipientes, não tratavam da transmasculinidade ou nem consideravam masculinidade sem o referencial biológico/genital. Muitos autores atribuem essa invisibilidade das experiências transmasculinas ao falocentrismo também presente nos estudos de gênero

sobre as vivências masculinas (ÁVILA, 2014; FREITAS, 2014). Como ressalta Guilherme Almeida,

“há restrições a quem decide produzir conhecimento sobre ‘homens trans’ no Brasil. A primeira delas é a pouca visibilidade. A maior parte da sociedade não considera a possibilidade de transição do gênero feminino ao masculino e, portanto, ignora a própria condição FTM. Isso ocorre em grande medida em razão do olhar falocêntrico que impregna as representações sobre a experiência masculina. Nesse sentido, é como se os comportamentos e os significados considerados masculinos emanassem necessariamente da presença material original do pênis (ALMEIDA, 2012: 519)”

Ainda neste sentido, Jack Halberstam vai além ao afirmar que

“la masculinidad femenina ha sido ignorada descaradamente, no solo en la cultura en general sino tambien en los estudios academicos sobre la masculinidad. Creo que esta indiferencia generalizada hacia la masculinidad femenina tiene claras motivaciones ideologicas y ha servido de apoyo a las complejas estructuras sociales que vinculan lo masculino a la virilidad, el poder y la dominacion. Creo firmemente que un análisis minucioso de la masculinidad femenina puede suponer una aportacion fundamental a los estudios de genero, los estudios culturales, los estudios queer y los clasicos debates sobre género. En nuestra sociedad la masculinidad se asocia a valores de poder, legitimidad y privilegio; a menudo se la vincula, simbolicamente, al poder del Estado y a una desigual distribucion de la riqueza. La masculinidad parece difundirse hacia fuera en el patriarcado y hacia dentro en la familia; la masculinidad representa el poder de heredar, el control del intercambio de las mujeres y la esperanza del privilegio social (HALBERSTAM, 2008: 24).”<sup>22</sup>

Evidentemente, o que Halberstam chama de masculinidade feminina ou *masculinidade sem homens* não abarca a experiência masculina a qual me refiro, é preciso ir além. Entretanto, considero essencial não apenas por deslocar o referencial essencializado e naturalizado que associa poder, virilidade e masculinidade a um único corpo, como também aponta a construção corporal das masculinidades. Da mesma forma existe uma pluralidade

---

<sup>22</sup> A masculinidade feminina tem sido ignorada descaradamente, não só na cultura geral como também nos estudos acadêmicos sobre a masculinidade. Creio que esta indiferença sobre a masculinidade feminina tem claras motivações ideológicas e tem servido de apoio a complexas estruturas sociais que vinculam o masculino à virilidade, ao poder e à dominação. Creio firmemente que uma análise minuciosa da masculinidade feminina poder ser uma chave de entrada fundamental aos estudos de gênero, estudos culturais, estudos queer e os clássicos debates sobre gênero. Em nossa sociedade, a masculinidade se associa a valores de poder, legitimidade e privilégio; frequentemente a vincula, simbolicamente ao poder do Estado e a uma desigual distribuição da riqueza. A masculinidade parece espalhar-se no patriarcado e dentro da família; a masculinidade representa o poder de herdar, o controle das trocas de mulheres e a esperança do privilégio social. Tradução livre.

de vivências dentro do que se chama transexualidade, existem também diversas formas de transmasculinidades.

A princípio, a leitura óbvia de Halberstam traz a tona uma perspectiva problemática da produção acadêmica sobre homens trans. Como citado acima, a proposta teórica de Halberstam foi para mim uma janela de entrada às masculinidades não essencializadas pelo dispositivo biológico e poder. Além disso, a experiência dos homens trans surge como um ponto importante para os estudos de gênero: a problematização do homem. As críticas se referem ao discurso acadêmico que insiste em dar ênfase à masculinidade em detrimento da pessoa (RÊGO: 2015:55; OLIVEIRA, 2015: 20-23), refere-se a “além de somente considerar os homens trans sobre a noção de ‘masculinidade’, é necessário problematizar o caráter corporal, identitário, de classe e trabalho, saúde, e de experiência transexual de suas vidas (RÊGO: 2015:55).” Nessa análise, o uso indiscriminado dos modelos teórico-metodológicos de Connell e Halberstam – masculinidade hegemônica e masculinidade sem homens respectivamente – não é efetivo no sentido em que esses conceitos são limitados e não dão conta da experiência transexual. A ideia não é refutar os conceitos em si, mas o uso como ferramenta de análise em um contexto que exige uma abordagem interseccional, pois segundo Rego:

“apesar de muitos trabalhos sobre masculinidades apresentarem em suas introduções o objetivo de terem um caráter não essencializador ou não ‘natural’ que seguem ao falar de homens e masculinidades, não há um questionamento do homem para além da apresentação peniana/fálica. ‘Nem tangenciam o debate sobre as normas de gênero e a força do discurso da diferença em equalizar a produção dos gêneros nos parâmetros binários, retomando, pelo silêncio a naturalização das identidades de gêneros’ (BENTO, 2012:2660 *apud* RÊGO, 2015:64).”

A partir dessa perspectiva, as críticas às análises sobre a vivência dos homens trans é que estas se dedicam mais a pensar a partir da masculinidade para chegar às pessoas e nesse processo desconsiderar marcadores importantes como raça, classe e idade. Além desse aspecto, o autor argumenta que a aproximação teórica entre homens trans e as “masculinidades sem homens” os coloca em uma posição marginal em relação à masculinidade hegemônica. Tal categorização, na perspectiva de Rêgo, acaba por questionar não a masculinidade, mas a posição dos homens trans enquanto homens. Como ele aponta,

problematizações sobre a masculinidade não poderiam partir também de homens cisgênero<sup>23</sup>?

Ainda neste sentido, como já apontado, a vivência transexual é complexa, plural e intrinsecamente afetada por outros marcadores de diferença, como raça, classe, idade e orientação sexual. Mesmo com a limitação teórico-metodológica, compreender tais experiências em sua pluralidade assume um caráter político. É nesse esforço que Guilherme Almeida apresenta o que ele chama de “alguns matizes na aquarela das masculinidades”, em que descreve algumas vivências de homens trans em suas particularidades. Deste modo, o autor procura delinear quatro descrições sem, no entanto, fixar experiências em grupos, havendo como ele sugere transitividade entre eles.

“O primeiro grupo é formado por pessoas que não querem um total descolamento do feminino. Permanecem como ‘mulheres’ por diferentes e variados condicionantes: familiares, subjetivos (medos, incertezas, ceticismo), objetivos e sociais (riscos físicos das modificações corporais, trabalho, sustentação econômica). Isso não as impede de, na intimidade, utilizarem nomes ou apelidos masculinos, alguns objetos característicos da indumentária masculina (como cuecas, camisas, acessórios de cabeça, relógios e sapatos) e, simultaneamente, de conciliá-los com cabelos longos e outros signos sociais que permitem preservá-las (quando desejado ou necessário) na identidade feminina. São mais frequentes em lugares de socialização lésbica de camadas médias. O segundo grupo é formado por ‘homens’ que não optam por modificações corporais cirúrgicas nem hormonais. Fazem uso de outros recursos culturais disponíveis para terem a aparência próxima do gênero com o qual mais se afinam (roupas, calçados e cortes de cabelo masculinos, uso de apelido masculino, atividades de trabalho masculinas) e se declaram satisfeitos e efetivamente pertencentes ao gênero masculino. Há um terceiro grupo de pessoas que constroem performances públicas em que os gêneros se misturam, expressando, dessa forma, insatisfação com o ‘binarismo dos gêneros’ e/ou com a ‘heteronormatividade’. Eles/as explicitam o desejo de modificações corporais às vezes pela via, inclusive, da ingestão de testosterona, mas não querem a mastectomia ou outros procedimentos cirúrgicos. Identifiquei ainda um quarto grupo de indivíduos que fazem e/ou desejam modificações corporais através da hormonização por testosterona e de uma ou mais intervenções cirúrgicas, além de se valerem em larga medida de outros recursos sociais (roupas e calçados masculinos, faixas torácicas – a fim de dissimular o volume dos seios – e próteses penianas de uso público). Buscam também frequentemente o reconhecimento jurídico do sexo e do nome masculinos e têm se tornado

---

23 O termo cisgênero se refere a pessoa cujo gênero se conforma ao sexo anatômico. Termo político cunhado em resposta/oposição à categorização anormal da transexualidade, produz uma categoria de pessoas a fim de situar essa experiência em termos semelhantes à experiência trans (RÊGO, 2015: 44-45).

mais visíveis na cena pública brasileira, em função do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), que favorece o acesso a modificações corporais de alta complexidade. Tais indivíduos já se expressavam de forma diferenciada antes da existência do processo transexualizador, distinguindo-se de maneira mais ou menos sutil da identidade lésbica (ALMEIDA,2012:515-516).”

Embora o uso do termo ‘trans’ aponte uma especificidade nessa aquarela de masculinidades, o uso da categoria ‘homem trans’ tem ganhado contornos políticos ao ser usada pelos movimentos sociais como um termo identitário não vinculado ao caráter patologizante (OLIVEIRA, 2015: 14;91), marcando a trajetória individual ao mesmo tempo em que reivindica seu espaço na aquarela das masculinidades. Ainda neste sentido, como aponta Fátima Lima,

“O termo ‘trans’ aqui expressa as vivências que atravessam e vazam a naturalização dos corpos, a biologização das identidades, o binarismo dos gêneros e os enquadramentos classificatórios, principalmente as experiências travests, transexuais e transgêneros. Como essas possibilidades são produzidas e como se situam na gramática social é o ponto central para que possamos discutir os comportamentos transfóbicos e as possibilidades de outras formas de relações sociais que não sejam marcadas pelo ódio e pela violência (LIMA, 2014: 34-35).”

Vários trabalhos que versam sobre homens e transexualidade apontam a relação entre autoidentificação, espaços de visibilidade e mídias (ALMEIDA, 2012; ÁVILA, 2014; NERY e MARANHÃO, 2013; FREITAS, 2014; RÊGO, 2015; OLIVEIRA, 2015). Frequentemente a experiência trans e trajetórias individuais de homens trans são enquadradas e compreendidas em relação à lesbianidade e homossexualidade. Alguns autores argumentam que isso se deve à ausência de espaços de identificação satisfatórios<sup>24</sup>, pouca visibilidade da experiência e até mesmo o desconhecimento da existência de homens trans (ALMEIDA, 2012; ÁVILA, 2014, FREITAS, 2014).

Embora muitos homens trans relatem um desconforto e não identificação em relação ao gênero imposto já na infância, a emergência da categoria homens trans enquanto

---

24 Vários interlocutores nesses trabalhos afirmam que, apesar de não se reconhecerem totalmente na identidade lésbica, das possibilidades conhecidas era essa a que mais se aproximava de suas vivências. Além disso, Almeida aponta que, tanto o pouco acesso às tecnologias que possibilitariam as modificações corporais, quanto a lógica binária de gênero reforçam o lugar das experiências trans inseridas nos espaços lésbicos (ALMEIDA, 2012: 518).

identidade política é relativamente recente (NERY e MARANHÃO, 2013; ÁVILA, 2014). Além disso, essa autoidentificação e autorreconhecimento são processos que muitas vezes levam uma vida para acontecer (ÁVILA, 2014). Neste contexto, os trabalhos abordam a importância da mídia, principalmente a internet, no processo de autoidentificação dos homens trans. Muitos deles relatam que começaram esse processo a partir da leitura de um livro<sup>25</sup>, de um filme<sup>26</sup> ou mesmo de um interesse midiático recente pelo assunto. Mas é a internet o espaço de maior articulação, compartilhamento de experiências e saberes e onde encontram ambientes de sociabilidade. É uma ferramenta importante que possibilita acesso à informações que facilitam os processos de identificação, transição e requerimento de direitos (FREITAS, 2014: 5; BRAZ e SOUZA, 2016: 12). Neste sentido, a rede de sociabilidade criada virtualmente fomenta também, para alguns, uma rede de articulação política e para outros um espaço de afirmação da identidade masculina.

### **Acesso à saúde integral**

Como mencionado anteriormente, existe tanta pluralidade de experiências trans, subjetividades e trajetórias que o exercício analítico se torna uma tarefa bem complexa. Nem todos os homens trans desejam intervenções cirúrgicas ou hormonais, se posicionam politicamente em relação a transexualidade, ou mesmo se desvinculam totalmente de uma vivência feminina. É preciso analisar contextualmente e respeitar as subjetividades e nesse sentido, para fins argumentativos, darei ênfase ao grupo mencionado por Guilherme Almeida como aqueles indivíduos que buscam essas modificações e produzem uma demanda por acesso à saúde. Esse recorte não implica nenhum privilégio, mas se justifica pela crescente visibilidade e debate político. Como reflete Almeida, “a busca do acesso às modificações corporais têm tido o efeito colateral de produzir uma identidade social radicalmente distinta para além das paredes hospitalares: a de ‘homem trans’(ALMEIDA, 2012:515-516).”

---

25 A literatura é um ponto importante de referência. Algumas produções, como ‘O Trompete’ de Jackie Kay publicado em 2002, ‘Viagem solitária – Memórias de um transexual 30 anos depois’ de João Nery e publicada em 2011 são apontados nos relatos como um começo nesse processo de autoidentificação (ÁVILA, 2013).

26 O filme *Boys Don’t Cry*, lançado no Brasil em 2000, é baseado na história real de Brandon Teena, um homem trans americano que foi assassinado quando sua transexualidade tornou-se pública.

O Processo Transexualizador do SUS atende uma demanda cada vez maior de pessoas cuja saúde é comprometida pela falta de acompanhamento especializado. Regulamentado pela Portaria 1707, implica no processo de mudança corporal, mais especificamente sexual. Como ressalta Rafaela Freitas,

“A cirurgia é a parte mais importante do ‘tratamento’, pressupostamente a razão pela qual ele é feito, e no sistema normativo de regulação sobre os corpos é promessa sobre o seu passado, presente e futuro. O processo transexualizador em si é vendido como uma via de acesso para transformação de mulheres em homens, o sistema sexo-gênero-desejo que organiza esta política não permite meios termos, por isso tanta polêmica em torno da sua irreversibilidade e idade de início (FREITAS, 2014:41)”

A princípio o Processo Transexualizador do SUS foi elaborado apenas para a população de mulheres trans. Em 2010, as cirurgias de retiradas de útero, ovários e mama deixam de ser consideradas (ÁRAN, 2010b), embora a neofaloplastia<sup>27</sup> ainda não. Só em 2013 é que se estendeu o atendimento também para os homens trans (ÁVILA, 2014:123), garantindo a eles assistência médica, mastectomia e hormonioterapia. Mesmo que a inclusão de homens trans seja um avanço importante para essa população, mesmo que seja interessante, do ponto de vista acadêmico, pensar sobre a possibilidade de alteração corporal de caracteres sexuais secundários mesmo sem a cirurgia de transgenitalização (FREITAS, 2014:41), o processo transexualizador ainda é associado à patologia, ao diagnóstico, ainda é um mecanismo de controle médico pautado pela heteronormatividade.

Como Simone Ávila ressalta, é um corpo muito específico de profissionais quem define as regras de elegibilidade e conduta no processo. É um controle sobre políticas públicas que desconsidera a pluralidade de experiências transexuais. Desse modo, embora hoje o acesso seja menos restritivo que há algumas décadas, o processo transexualizador – e no âmbito da saúde de modo geral – ainda é um dispositivo heteronormativo. Como a autora ressalta,

“as escolhas já estão colocadas: ou a transição acontecerá ‘oficialmente’, com a inclusão no processo transexualizador, ou a transição acontecerá ‘informalmente’. Porém, Leite Jr. (2008) aponta que a inclusão de indivíduos no processo transexualizador é para aquelas pessoas que ‘convencem’ a equipe de saúde de que são

---

27 Cirurgia para construção do pênis.

‘verdadeiramente’ transexuais. Em consequência, as pessoas que se identificam como trans, mas que querem somente a utilização de hormônios, por exemplo, são excluídas desse sistema (ÁVILA, 2014: 124)”

Assumir a transexualidade como patologia é desconsiderar toda a complexidade e pluralidade da produção de identidades. Como ressalta Fátima Lima,

“a transexualidade é um dos fenômenos mais singulares no âmbito das transformações de gênero na contemporaneidade, desvelando a ‘necessidade’ de trazer para o debate o que se encontra além dos discursos e práticas circunscritas nos espaços médicos (os hospitais e serviços), ou seja, o cotidiano, as experiências, as diferentes vivências da transexualidade, principalmente, ‘as falas’ e ‘os saberes’ das (os) transexuais sobre si mesmos bem como suas experiências e relações com os outros (LIMA, 2014: 77)”

A autora refere-se a saberes, práticas, falas produzidas fora do âmbito médico que disputam e confrontam os saberes hegemônicos. Deste modo, um conjunto de categorias e formulações de pessoas trans sobre si mesmas explodiram na arena discursiva. As falas emergem no debate os próprios sujeitos trans e todas as pluralidades, vivências e subjetividades. Assim, “esse movimento ganha força e produz na agenda trans (discursos e práticas) tensionamentos antes de tudo políticos que confrontam qualquer tentativa de reduzir esta experiência a uma doença psíquica emergem então nesse campo de disputa provocando tensões políticas e sociais (LIMA, 2014: 77-78).”

As pesquisas sobre transexualidade e políticas de saúde voltadas para homens trans apontam a dificuldade de atendimento médico adequado e até mesmo desconhecimento sobre existência dessas pessoas. É nesse contexto que as redes de apoio e informações compartilhadas online surgem como aspecto importante, pois “nesse espaço, percebe-se uma articulação desses sujeitos, onde compartilham suas experiências de transição, trocam indicações de profissionais, técnicas, medicamentos e posologias, o que demonstra como a carência de serviços e atendimento profissional leva-os a desenvolverem formas de resistência para assegurar seus processos de transição e identificação (BRAZ e SOUZA, 2016: 12-13).” Deste modo, configura-se uma das muitas violências enfrentadas por homens trans no âmbito da saúde e, embora arriscadas, essas ações tornam-se estratégias de enfrentamento e posicionamento político.

### 3.2 Vivências de paternidade

As concepções sobre família e parentesco são resultados de processos históricos e sociais específicos e as novas tecnologias de reprodução são hoje um aspecto fundamental na constituição familiar, especialmente a ocidental. Atualmente não são apenas casais heterossexuais que podem e conseguem ter filhos, já é possível determinar a paternidade biológica de uma criança e o controle de natalidade é mais efetivo e individualizado. Elisabeth Roudinesco apresenta uma análise sobre as mudanças conceituais de família ocidental. Segundo ela,

“Podemos distinguir três grandes períodos na evolução da família. Numa primeira fase, a família dita ‘tradicional’ serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são então arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta. Nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino. Numa segunda fase, a família dita ‘moderna’ torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento. Mas valoriza também a divisão do trabalho entre os esposos, fazendo ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação sua nação é encarregada de assegurar. A atribuição da autoridade torna-se então motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro. Finalmente, a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita ‘contemporânea’ — ou ‘pós-moderna’ —, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual (ROUDINESCO, 2003: 12).”

As reivindicações e conseqüente ocupação das mulheres em posições antes exclusivamente masculinas, como os espaços políticos e mercado de trabalho, desencadearam transformações culturais nas relações de gênero. Entretanto, a concepção e criação de filhos ainda é assunto feminino e campo de desigualdade. A princípio, a proposta do tópico era analisar como novas vivências de paternidades se constituem e como isso se relaciona a construção de masculinidades. Entretanto, considero importante pensar como a paternidade dita tradicional se situa nesse contexto e como ela é afetada pelas mudanças nas dinâmicas sociais. Não há como desconsiderar os processos pelos quais novas concepções sobre paternidade se formam nem ignorar toda a multiplicidade de experiências que pautam essas vivências.

## **Está a paternidade para a masculinidade assim como a maternidade para a feminilidade?**

Como os homens concebem a paternidade e o qual é o impacto na ideia de masculinidade desses pais? Se o discurso sobre a maternidade constrói a sua naturalidade e essencializa o desejo das mulheres, tornando-se fundamental para uma feminilidade normativa, qual é o discurso sobre paternidade? Rosely Gomes Costa parte dessa premissa ao analisar em sua pesquisa as representações masculinas da paternidade. Segundo a autora, o estudo apontou associações entre paternidade, masculinidade e reprodução, “mas sempre mediadas por gênero e por conexões específicas” (COSTA, 2002: 339). Este é um aspecto importante em ressaltar porque não é a toda masculinidade que serve a paternidade, é à masculinidade dos homens casados. Deste modo, o casamento reformula a constituição da masculinidade ao estabelecer a paternidade nesse âmbito. Dos aspectos que pautam essa ideia de paternidade – a capacidade de sustentar os filhos e educá-los moralmente – é construído o pai a partir do modelo ideal

“significa ser um bom pai está articulada, principalmente, em torno da educação, atenção, e sustento material que este deve dar aos filhos. Um bom pai deve estar presente nos momentos bons e nos maus; deve orientar, ensinar o que é certo e o que é errado; deve dar uma boa educação; deve expressar amor e carinho pelos filhos. Mas principalmente, o pai deve ser o provedor, aquele que sustenta material e economicamente o filho. Por seu lado, a mãe é representada como aquela que se ocupa do cuidado dos filhos tais como limpá-los, dar-lhes de comida, colocar para dormir (COSTA, 2001:102).”

Tanto a paternidade quanto a responsabilidade consequente são projetos dessa masculinidade agora acessada pelo casamento e pelo nascimento dos filhos. Pode-se afirmar que enquanto às mulheres a maternidade é o “destino”, aos homens a paternidade ainda é discutível. Embora exista certa expectativa em relação a reprodução masculina, essa não está condicionada à “natureza”; não há o discurso do desejo natural masculino pela paternidade. Costa aponta que no contexto de sua pesquisa, a paternidade é um desejo que se estabelece em algum momento da trajetória de vida, geralmente com o casamento, voltado à descendência, “a paternidade seria um projeto para o futuro, enquanto a

maternidade aparece como a atualização de uma continuidade. Nesse sentido, [...] os entrevistados não concebem a paternidade como um desejo e um evento naturais em suas vidas, da maneira como concebem as mulheres que entrevistei (COSTA, 2002: 344).”

Neste contexto, o trabalho incorpora um aspecto importante, uma vez que, para sustentar os filhos, o homem precisa trabalhar e conseqüentemente, passar mais tempo fora de casa. O efeito produzido é tanto o distanciamento emocional que a figura moral do pai necessita, quanto a essencialização da persona materna enquanto cuidadora dos filhos e elemento fundamental no âmbito doméstico. Sócrates Nolasco aponta essa relação ao afirmar que

“as denominações *bom pai, pai honrado, pai provedor*, sobrepostas às evidências do que seja masculino (*expressões da virilidade, iniciativa e objetividade*), reforçam a imagem que socialmente se espera de um homem. Assim, o masculino e a paternidade formam um par de reforço mútuo, garantindo e consolidando o modelo de autoridade e de poder a ser desempenhado pelos homens. [...] Os homens descobrem a paternidade como alguém que recebeu mais uma obrigação. A paternidade nasce de um sentimento de obrigatoriedade, e toda esta reflexão sobre suas bases têm procurado desarticular uma coisa da outra. Ela se transforma em mais um campo para demonstração de competência, força e autoridade, limitada a dar conforto material (NOLASCO, 1993:150-165).”

Esse projeto de paternidade tem um duplo efeito. Não apenas reafirma a atribuição da mãe em cuidar dos filhos e da casa em detrimento do trabalho assalariado, mas também a do pai que se distancia da atenção aos cuidados dos filhos e proximidade emocional. Deste modo, a necessidade dos filhos pela mãe é naturalizada e até mesmo desejável nesse ideal de família. Não que em momento algum o pai não se encarregue das crianças, mas só o faz em caso de impossibilidade da mãe.

### **Teorias de reprodução e a produção da paternidade**

Segundo a lógica, se a paternidade é um projeto futuro e a maternidade é a progressão de um desejo inato, a atribuição de responsabilidades se desenvolve a partir dessa ideia. O que digo é no que se refere a reprodução e filhos, a lógica se mantém contínua quando obrigações são distintas por gênero. Como aponta Rosely Costa, o cuidado sobre a saúde reprodutiva e os filhos são consideradas atribuições femininas, enquanto o sustento e educação moral são atribuições masculinas. Ou seja, “em princípio, cabem às mulheres as

responsabilidades por ter e evitar filhos, isto é, cabem a elas as atitudes referentes à procura e uso de métodos anticoncepcionais, assim como a procura e realização de tratamento para esterilidade. Aos homens cabe garantir o sustento material dos filhos e educação moral (COSTA, 2001:4-5).”

Entretanto, seria superficial abordar a paternidade apenas sob esse viés. Mesmo que as concepções sobre paternidade e maternidade sejam construídas dessa forma, não implica necessariamente que o homem não deseje também ter filhos. Para ele, ter filhos representa acesso a uma masculinidade onde a autoridade, distinção social e poder são suas prerrogativas, além de confirmar sua virilidade. Neste sentido, Gomes aponta que, embora o cuidado material e a educação moral das crianças seja um aspecto fundamental da paternidade, o projeto ideal é o modelo reprodutivo representado pela fecundação através da relação sexual do casal em condição de matrimônio. O uso de tecnologias de reprodução nesse contexto é a fim de garantir a transmissão sanguínea do pai e da mãe os filhos (COSTA, 2002: 342). Tal como argumenta Strathern,

“As nossas relações de parentesco, tal como nossa constituição genética, eram algo que não podíamos alterar. Mais ainda, quando se considerava que essas relações pertenciam ao domínio da ‘natureza’, esta última passava a representar também tudo que era imutável, ou intrínseco às pessoas e as coisas; essas qualidades essenciais sem as quais pessoas e coisas não seriam o que eram. Não se tratava apenas de considerar que as relações de parentesco eram construídas a partir de materiais naturais, mas que a relação entre parentesco e ligação natural simbolizava a imutabilidade das relações sociais (STRATHERN, 1991: 1014).”

Neste aspecto, as tecnologias reprodutivas possibilitam, de certa maneira, a manipulação do natural: concepção e contracepção, hereditariedade genética. Assim,

“as questões relativas à atribuição de maternidade e paternidade no uso das tecnologias reprodutivas referem-se justamente à possibilidade de separação da reprodução (compreendida como ter um filho) dos elementos femininos e masculinos tidos como participantes desse processo. Isto é, à possibilidade de separação entre reprodução e relação sexual, reprodução e gametas (óvulo e espermatozoide), reprodução e gravidez. Tais questões referem-se ao julgamento de qual desses elementos (relação entre o casal, gametas ou gravidez) será considerado como o mais importante na atribuição da maternidade e da paternidade. As opiniões a respeito dessas atribuições dependem de qual elemento será visto como o mais importante, aliado à recorrência a parâmetros ora biológicos, ora sociais, informados pelo desejo, pela situação e pelas possibilidades em relação à procriação (COSTA, 2002:

343).”

A combinação dos atributos morais e biológicos representa o modelo ideal de paternidade. Como demonstra o trabalho de Rosely Costa (2001), o desejo por filhos “próprios” de “sangue” coaduna com a responsabilidade de educá-los moralmente. No texto citado, a autora realiza seu trabalho em um ambulatório com homens que buscam tratamento para esterilidade. Observa-se nas falas que, embora muitos deles já exercessem a paternidade de alguma forma – alguns cuidavam dos filhos da companheira de relacionamentos anteriores – a vontade de ter filhos com a companheira refletia uma certa “comprovação” de virilidade. Além disso, há uma diferenciação entre “cuidar, gostar” e “fazer filhos”. Mesmo que os filhos de outros homens sejam cuidados e amados, não são filhos “do seu sangue”. Nesse sentido, o projeto de paternidade só se realiza planamente através dos fluidos corporais: esperma e sangue (COSTA, 2001: 206).

### **Paternidade tem adjetivo?**

Esta análise não pretende abarcar especificamente todas as possibilidades de arranjos familiares homoparentais. A multiplicidade de vivências e o espaço aqui não permitem. Entretanto, no âmbito da análise sobre masculinidades e paternidades, as “paternidades gays” são um campo importante de investigação. Como apontado anteriormente, a reprodução biológica pode simbolicamente confirmar uma identidade de gênero masculina, gerar um filho atesta a virilidade, não só para os outros como para si próprio.

Entretanto, como aponta Flávio Tarnovski, um aspecto fundamental nesta discussão é

“na base da separação do mundo entre homossexuais e heterossexuais há um pressuposto que atualmente vem perdendo sua força: de que o homossexual não pode e não quer ter filhos. Ainda no período de hegemonia da regulação sexual cristã, o sodomita era culpado de atos ‘contra a natureza’ (leia-se: não procriativos), pelo desperdício de um bem precioso, o sêmen. Era um ‘perdulário sexual’. ‘O homossexual’, membro de uma ‘espécie’, com uma natureza singular resultante do processo de localização e especificação das ‘perversões’, passa a ser a antítese do indivíduo procriativo, a anti-normafamiliar. (TARNOVSKI, 2002: 41).”

Segundo esse autor, os homossexuais que desejam ser ou são pais precisam passar

um processo de desvinculação das imagens relacionadas à atividade sexual tida como excessivamente erótica, portanto perigosa. Além disso, o afastamento da concepção do “homossexual típico” produz uma moralidade que acarreta impactos em seus relacionamentos erótico-afetivos. Assim, todos esses arranjos faz pensar que a paternidade não suporta um qualificativo homossexual. Antes, “a construção de uma certa legitimidade para esses pais requer que estabeleçam um distanciamento em relação à imagem do ‘homossexual promíscuo’, revelando uma incompatibilidade relativa entre os lugares de homossexual e pai (TARNOVSKI, 2002: 88).” Deste modo, da forma como concebem, a paternidade é um mecanismo de masculinização. De certa forma, representa uma aproximação do modelo normativo heterossexual de reprodução.

Nesse contexto,

“A paternidade é compreendida como impulsionando uma mudança de status, poder esse que o ‘casamento homossexual’ ainda não logrou alcançar, considerando-se que é pela paternidade que constroem a respeitabilidade. A idéia de ‘salvação’ atua assim em dois níveis: criando uma barreira moral e alimentando a idéia de ‘pureza’, ao mesmo tempo que os aproxima do ideal hegemônico de masculinidade (TARNOVSKI, 2002: 100).”

## **Considerações finais**

Conforme tratado no trabalho, a multiplicidade de vivências masculinas são submetidas e obscurecidas por um referencial de masculinidade. A norma binária aliada à dominação masculina produz mecanismos de controle não apenas sobre os corpos, como também sobre os desejos, identidades, subjetividades

Hoje, o campo de estudos sobre masculinidades e homens tem se tornado bem fértil e aprofundado. O debate sobre as experiências masculinas traz à tona as novas (?) configurações de vivências e perspectivas em face não apenas às mulheres, como também aos outros modos de ser masculinos. Em vez de considerar que há uma crise do homem, nessa categoria essencialista, pode-se inferir que há uma mudança no leque de possibilidades e uma aceitação maior em relação a essa diversidade.

A masculinidade heteronormativa, como convenho chamar aqui, ainda é o referencial identitário primeiro da constituição das masculinidades. A aquisição da masculinidade se inicia primeiro no afastamento e negação de tudo que remeta às feminilidades. É fundamental antes aprender a ser homem, para depois poder se relacionar com as mulheres. Nesse mecanismo normativo, a referência inicial são os corpos masculinos – leia-se corpos com pênis – a partir dos quais são estabelecidas todas diretrizes para alcançar o modelo ideal.

Considero problemática a proposta que aponta as outras vivências de masculinidade como subordinadas ou cúmplices do que se denomina masculinidade hegemônica. Acredito que o termo é um referencial importante e que pode levar a formulações inconsistentes e limitadas das experiências masculinas. Não desconsidero, evidentemente, que a hierarquia não esteja presente nessas relações. É sabido, e como apontado ao longo do trabalho, que existe a produção da diferença marcada por esse referencial que assume uma forma específica como ideal, inalcançável como aponta Vale de Almeida (1995). A diferença aqui serve para ressaltar os atributos considerados ideais e, dessa forma, estabelecer a hierarquia e a dominação.

O efeito dessa normatização das vivências é observável nos índices de violência contra a mulher, homofobia, transfobia e depressão. Não apenas na esfera privada, ou

subjetiva, a violência, a normatividade é também mecanismo de controle em esfera pública e institucional. Por isso considero que, assim como nas décadas anteriores, os estudos de gêneros, a partir dos *men's studies*, são importantes contribuições sobre os homens e as masculinidades. Considero fundamental que se produzam cada vez mais trabalhos que busquem compreender como a masculinidade heteronormativa produz a hierarquia de gêneros e a violência indiscriminada contra as mulheres cis, mulheres trans, homens trans, travestis e intersexos.

## Referência Bibliográfica

**ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 20[2]. 2012513-523

**ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil.** *Sexualidad, Salud y Sociedad*. 14. 2013: 380-407. Dossier n.2

**ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero.** *Ágora*: Rio de Janeiro. Volume. IX [1]. 2006: 49-63.

\_\_\_\_\_. “A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade”. In. Arilha, M.; Lapa, T.S.; Pisaneschi, T.C. (orgs.). **Transexualidade, travestilidade e direito à Saúde.** São Paulo, Oficina Editorial, 2010a.: 75-94

\_\_\_\_\_. **Novos direitos e visibilidades para os homens trans no Brasil.** Disponível em:

<<http://www.ufscar.br/cis/2010/11/novos-diretos-e-visibilidades-para-os-homens-trans-no-brasil/>. Último acesso em: Dezembro de 2016

**ARÁN, Márcia; PEIXOTO Jr., Carlos A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler.** *Cadernos Pagu*, 28. 2007:129-147.

**ARAÚJO, Sandro Marcos Castro de; SILVA, Valter Cardoso da; DA LUZ, Nanci Stancki.** “Violência de gênero: notas sobre um campo de pesquisa”. In. **Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia.** CASAGRANDE, Lindamir Salete; DA LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes de (Orgs.). 1ª edição. Curitiba: Editora UTFPR, 2011: 187-208.

**ÁVILA, Simone Nunes. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: 2014. 243 páginas

**BARKER, Gary.** *Dying to be Men: Youth, masculinity and social exclusion.* Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2005. 193 páginas.

\_\_\_\_\_. “Trabalho não é tudo, mas é quase tudo: homens, desemprego e justiça social em políticas públicas”. In. **Homens e Masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas.** MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; BRASILINO, Jullyane (Orgs.). Recife: Instituto PAPAI, 2010: 125-138.

**BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.**

- Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2006. 251 páginas.  
\_\_\_\_\_. **Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 17[10]. 2012:2655-2664
- \_\_\_\_\_. **Homem não tece a dor:** queixas e perplexidades masculinas. 2ª edição. Rio Grande do Norte: EDUFRRN, 2015. 220 páginas.
- BERMÚDEZ**, Mónica De Martino. Connel y el concepto de masculinidades hegemónicas: notas críticas desde la obra de Pierre Bourdieu. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 21(1). 2013: 283-300.
- BORIS**, Georges; **BLOC**, Lucas. “Violência e masculinidade”. In. Poder e Violência. Edições UFC, Editores: César Barreira; Daniel Lins, 1996: 63-78
- BOURDIEU**, Pierre. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, p.133-184, 1995
- \_\_\_\_\_. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. Tradução Maria Helena Kühner. 11ª edição, 2012. 160pp.
- BRAZ**, Camilo; **SOUZA**, Érica Renata de. Antropologia e políticas de saúde para homens trans no Brasil contemporâneo – diálogos entre duas pesquisas. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB
- BUTLER**, Judith. **Desdiagnosticando o gênero.** *Physis*, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [1]. 2009: 95-126.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 páginas
- \_\_\_\_\_. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013:151-172.
- CARRARA**, Sérgio; **SIMÕES**, Júlio Assis. **Sexualidade, cultura e política:** a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu* 28, 2007:65-99.
- CONNELL**, Raewyn. “Hegemonic masculinity and emphasized femininity.”In. **Gender and Power: Society, the person and sexual politics.** Cambridge: Polity Press, 1987:183-190
- \_\_\_\_\_. **Políticas da masculinidade.** *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 20 [2], 1995: 185-206
- \_\_\_\_\_. **Masculinidades.** Mexico: Universidad Nacional Autónoma do México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2003. Tradução Irene Ma. Artigas. 362 páginas.
- \_\_\_\_\_. **Masculinities.** Los Angeles: University of California Press. 2ª edição, 2005. 362 páginas.

**CONNELL**, Raewyn & **MESSERSCHMIDT**, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 21(1). 2013: 241-282

**COSTA**, Rosely Gomes. **Concepções de filhos, concepções de pai: Algumas reflexões sobre reprodução e gênero**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. 247 páginas

\_\_\_\_\_. **Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção**. *Estudos Feministas*, 2002: 339-356

**CSORDAS**, Thomas. “Modos somáticos de atenção”. In: **Corpo/Significado/Cura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008:367-393

\_\_\_\_\_. “A Corporeidade como um Paradigma para a Antropologia”. In: **Corpo/Significado/Cura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008:101 – 146

**DAMATTA**, Roberto. **Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina**. *Enfoques*, Rio de Janeiro. 9 [1] 2010:134-151.

**FIALHO**, Fabrício Mendes Fialho. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica. *Working Papers*, Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa, 2006. 14 páginas.

**FOUCAULT**, Michel. **História da sexulidade, volume 1: A vontade de saber**. 22ª impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988. 176 páginas.

**FREITAS**, Rafaela Freitas. **Homens com T maiúsculo. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. 121 páginas

**FRY, Peter; Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 135 páginas

**FRY, Peter; MACRAE, Edward. O que é homossexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. Coleção Primeiros Passos. 79 páginas.

**GIFFIN**, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1). 2005: 47-57.

**GROSSI**, Mirian Pillar. Masculinidades: Uma revisão teórica. In. Antropologia em primeira mão. Florianópolis: UFSC, 2004. 37páginas.

**GUEDES**, S. L. **Jogo de Corpo: um estudo da construção social de trabalhadores**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação/ Museu

Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992.

**GUTMANN**, Matthew C. Traficando con hombres: la antropología de la masculinidad. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 5[10], 1999: 245-286

**HALBERSTAM**, Jack. **Masculinidad femenina**. Egales Editorial: Barcelona-Madrid. 2008. Tradução de Javier Sáez. 327 páginas.

**HARAWAY**, Donna; **KUNZRU**, Hari; **TADEU**, Tomaz. (Org.) **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 129 páginas.

**HEILBORN**, Maria Luiza. “Corpo, Sexualidade e Gênero”. In. *Feminino Masculino – igualdade e diferença na justiça*. DORA, Denise Dourado (org.). Porto Alegre: Editora Sulina, 1997: 47-57.

**LAURETIS**, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In. **Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura**. Heloísa Buarque de Holanda (Org.) Rio de Janeiro: Rocco. 1994:206-242

**LE BRETON**, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2013, 407 páginas

**LIMA**, Fátima. “Produções e experiências ‘TRANS’ - Saber, Poder e Subversões”; “A construção do dispositivo TRANS: Saberes, singularidades e subversões da norma”. In. **LIMA**, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação**. - Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. 86 páginas. Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde.

**MACHADO**, Lia Zanotta. **Masculinidades e violências**. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea In **SCHPUN**, Mônica R. (org). *Masculinidades*. SP: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004: 35-78

**MAUSS**, Marcel. “As técnicas do corpo”. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naif. 2003:399-420

**MEDRADO**, Benedito; **LYRA**, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16 [3]. 2008: 809-840  
\_\_\_\_\_. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In. **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. Blay, Eva Alterman (Org.). – 1ª edição. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014:55-74

**MINAYO**, Maria Cecília de Souza; **MENEGHEL**, Stela Nazareth; **CAVALCANTE**, Fátima Gonçalves. Suicídio de homens idosos no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17[10]. 2012: 2665-2674.

**MISKOLCI**, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2ª edição. Belo

Horizonte: Autentica Editora. 2013.

**NARDI**, Henrique Caetano. “O Ethos Masculino e o Adoecimento Relacionado ao Trabalho”. In. **Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas**. DUARTE, Luiz Fernando Dias e LEAL, Ondina Fachel (Orgs.) - Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998: 95-104

**NASCIMENTO**, Pedro Francisco Guedes do. **Ser Homem ou Nada: Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999. 107 páginas.

**NERY**, João W. **Viagem Solitária: Memórias De Um Transexual 30 Anos Depois**. São Paulo: Leya, 2011. 336 páginas.

**NERY**, João W; **MARANHÃO**, Eduardo Meinberg de Albuquerque. **Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências**. *História Agora*, 2013: 394-420.

**NOLASCO**, Sócrates. O mito da masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. 187páginas.

**OLIVEIRA**, André Lucas Guerreiro. **Somos quem podemos ser: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN: 2015. 118 páginas.

**OLIVEIRA**, Pedro Paulo. **Discursos sobre a masculinidade**. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Feministas, 6 [1]. 1998: 91-113

\_\_\_\_\_. **Crises, valores e vivências da masculinidade**. *Novos Estudos*. São Paulo, 56 [1]. 2000: 89-110

\_\_\_\_\_. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; 2004. 347 páginas.

**PARKER**, Richard. “Cultura, economia política e construção social da sexualidade”. In. **O corpo educado**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autentica Editora. 2013. Página 125-151.

**REGO**, Francisco Cleiton Vieira Silva. **Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN: 2015. 194 páginas.

**REPOLÊS**. Sofia. **A prática do cambio de roles no tango queer: repensando os gêneros em uma milonga queer de Buenos Aires**. Monografia de Graduação apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

**ROUDINESCO**, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. Tradução André Telles. 2003, 94 páginas.

**RUBIN**, Gayle. “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: *SOS Corpo*, 1993. 32 páginas.

**SAFFIOTI**, Helieteth I. B. **Violência de Gênero: Poder e impotência**. São Paulo: Livraria e Editora Revinter Ltda, 1995. 217 páginas.

\_\_\_\_\_. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. *São Paulo em perspectiva*, 13 [4]. 1999: 82-91

\_\_\_\_\_. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cadernos Pagu* 16. 2001: 115-136.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 144 páginas.

**SALIH**, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. Tradução Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

**SANTOS**, Cecília MacDowell; Wânia Pasinato, **IZUMINO**. “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil”. In **E.I.A.L. Estudos Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, 16 [1], 2005: 147-164.

**SCOTT**, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20[2], 1995: 71-99.

**SEGATO**, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Série Antropologia**, 236. Brasília: 1998. 22 páginas.

**SOUZA**, Márcio Ferreira de. As Análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). *Mediações*. Londrina, 14[2] . 2009:123-144

**STRATHERN**, Marilyn. **Parentesco por iniciativa**: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução. *Análise Social*, 114. 1991: 1011-1022

\_\_\_\_\_. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*, 2. 1995: 303-329

**TARNOVSKI**, Flávio Luiz. **Pais assumidos**: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. 115 páginas.

**URRA**, Flávio. Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência. In. **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. Blay, Eva Alterman (Org.). – 1ª edição. São Paulo: Cultura

Acadêmica, 2014: 117-138

**VANCE**, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade. *Physis*, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 5 [1]. 1995: 8-31

**VALE DE ALMEIDA**, Miguel. **Gênero, Masculinidade e Poder**. Anuário Antropológico, 1995: 161-190

\_\_\_\_\_. **Senhores de si**: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995. 264 páginas

\_\_\_\_\_. "Antropologia e Sexualidade: Consensos e Conflitos Teóricos em Perspectiva Histórica." In. *A Sexologia, Perspectiva Multidisciplinar*, org. Lígia Fonseca, C. Soares e Júlio Machado Vaz, Coimbra: Quarteto, Volume II. 2003: 21 páginas

\_\_\_\_\_. Do Feminismo a Judith Butler. In. *Conferência, Ciclo Pensamento Crítico Contemporâneo, Le Monde Diplomatique / Fábrica Braço de Prata*. Abril de 2008, 11 páginas.

**VALE DE ALMEIDA**, Miguel. (Org.). **Corpo Presente**: Treze reflexões antropológicas sobre o corpo. Oieras: Celta Editora, 1996. 234 páginas

**VETURA**, Miriam. **A transexualidade no tribunal**: saúde e cidadania. Coleção sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Editora UERJ. 2010. 166 páginas.

**WEEKS**, Jeffrey. "O corpo e a sexualidade". In. *O corpo educado*. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013:35-82.

**WELZER-LANG**, Daniel. *Les hommes violents*. Paris, Lierre & Coudrier Editeur, 1991

\_\_\_\_\_. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, Florianópolis. 2001:460-482